



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

KATIA CILENE DE JESUS DE OLIVEIRA DA PAIXÃO

**TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS:
IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

KATIA CILENE DE JESUS DE OLIVEIRA DA PAIXÃO

**TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS:
IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura em História no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da Unilab
Catalogação de Publicação na Fonte

P172t

Paixão, Kátia Cilene de Jesus de Oliveira da.

Temas sensíveis e/ou controversos : implicações para o ensino-aprendizagem de História / Kátia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão. - 2023.

81 f. : il. color.

Monografia (Licenciatura em História) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2023.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira.

1. Antirracismo - Bahia. 2. História - Estudo e ensino - Bahia. I. Título.

BA/UF/BSCM

CDD 907

KATIA CILENE DE JESUS DE OLIVEIRA DA PAIXÃO

**TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS:
IMPLICAÇÕES PARA O ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Licenciatura História, no Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Licenciada em História.

Aprovado em: 06/07/2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria Cláudia Cardoso Ferreira (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Jorge Lúzio Matos Silva

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Igor Fonseca Oliveira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Dedico este trabalho ao professor(a) que se empenha pelo desenvolvimento de uma prática docente voltada para uma educação mais perspicaz, empática e acima de tudo voltada para a auto realização no seu empenho de formar indivíduos críticos e comprometidos com o desejo de produzir contribuições para o usufruto coletivo.

AGRADECIMENTOS

Imensa é a minha gratidão pela possibilidade de poder adentrar à esta universidade por meio do convênio de cooperação celebrado com o município de Candeias.

Sou extremamente grata pelo privilégio de ter conhecido pessoas que me instigaram e ajudaram a chegar até aqui. Foi um percurso longo, mas que despertou em mim um ideal mais desenvolvido e equilibrado sobre o real sentido da universidade e de ser universitário.

Neste contexto, elevo meu agradecimento à professora doutora Maria Cláudia Cardoso Ferreira que, com seu olhar atento e empático, percebeu meu interesse em saber mais sobre o ensino e a aprendizagem de temas sensíveis e controversos no ensino de História. Também quero agradecer ao professor Igor Oliveira, pela sua disposição, atenção e solidariedade. Estendo minha gratidão de modo geral aos professores e professoras com os quais aprendi muito neste percurso. Especialmente as professoras Fábيا Barbosa Ribeiro e Clícea Maria Augusto de Miranda, que, durante as suas aulas, sempre se mostraram empáticas, sensíveis e dispostas a escutar e promover uma educação antirracista. Gratidão incondicional pelas amigas Gilcélia, Leila Ingrid, Ivonice, Márcia, Josimara e Samara ao se disporem a colaborar no que fosse preciso para o bom êxito deste projeto. Aos professores Jair Cardoso, Alan Cerqueira, Hélio Pereira e professora Idalina Almeida, meus sinceros agradecimentos. Às colegas Marjorie e Aparecida por nossa convivência sempre afetuosa, agradeço com muito carinho.

Também congratulo minha alegria com minha família imediata que comigo vivenciou todos os momentos deste percurso.

E, acima de tudo, sou extremamente grata ao meu Deus Jeová e a seu filho Jesus Cristo por permitirem a realização de tudo que foi aludido acima, e também pela sabedoria, discernimento e sensatez recebidas por mim ao longo do percurso desta graduação.

*“Nossa convivência exige a noção da
igualdade de existência e, para isso
livre de arrogância, discriminação e
preconceito.”*

Mario S. Cortela

RESUMO

A pesquisa desenvolvida investigou como os professores lidam com os chamados temas sensíveis e/ou controversos, especialmente o racismo que agrega à sua prática discriminatória questões como religião, gênero, xenofobia e afins nas aulas de história. E como desenvolvem abordagens teórico/metodológicas que implicam na condução de maneira empática de tais temas. Para atingir o objetivo de compreender quais obstáculos se interpõem ao avanço de diálogos que envolvem temas desta natureza, se realizou coletas de dados a partir de entrevistas com professores (as) de história da educação básica e das IES (incluindo licenciandos/as). As reflexões fundamentaram-se em Alberti (2013, 2014 e 2020), Gomes (1996) e Cainelli (2005). Os resultados apontam para a consolidação de formação inicial visando estabelecer uma práxis voltada para um ensino/aprendizagem mais perspicaz e empático, e que favoreça práticas pedagógicas antirracistas dentre outras que possam ser aplicadas durante todo o ano letivo propiciando a construção de valores e virtudes que conduzirão o estudante a desenvolver um perfil social mais consciente, empático e cidadão.

Palavras-chave: antirracismo - Bahia; história - estudo e ensino - Bahia.

ABSTRACT

The developed research worked with the investigative question: How do teachers deal with the so-called sensitive and/or controversial themes, especially racism that adds to their discriminatory practice issues such as religion, gender, xenophobia and the like in history classes? And how do they develop theoretical/methodological approaches that imply empathetic handling of such a theme that emerges in history classes and that is considered by some as sensitive, while for others controversial? And to achieve the objective of understanding which obstacles stand in the way of the advancement of dialogues involving themes of this nature, data collection was carried out from interviews with teachers of history of basic education and HEI. The reflections were based on Alberti (2013, 2014 and 2020), Gomes (1996), Cainelli (2005), Petronilha, among others. The main results point to the strengthening of academic practices in basic education and the like, aiming to establish a praxis aimed at more insightful and empathetic teaching/learning, and that favors anti-racist pedagogical practices and pedagogical actions that can be applied gradually throughout the school year. ; providing the construction of values and virtues that will lead the student to develop a more conscious social profile.

Keywords: anti-racism - Bahia; history - study and teaching - Bahia.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	CAPÍTULO 1: O SABER HISTÓRICO ESCOLAR E O ENSINO DE TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS	15
2.1	REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO EMPÁTICA E ANTIRRACISTA	18
3	OS SABERES PARA ENSINAR TEMAS CONSIDERADOS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA	29
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	44
	APÊNDICES	47

1 INTRODUÇÃO

O interesse em investigar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos na Educação Básica, mais precisamente no ensino da disciplina de História, surgiu da possibilidade de observar, analiticamente, as relações e o comportamento dos educadores e dos educandos dentro da sala de aula, principalmente quando os assuntos abordavam diretamente ou permeavam questões de extrema violência.

Tais observações ocorreram durante o cumprimento do estágio supervisionado obrigatório na Escola Municipal Yêda Barradas Carneiro, situada no município de Candeias, Ba, o que, por sua vez, me permitiu depois integrar o projeto de iniciação científica sobre temas sensíveis e/ou controversos coordenado pela pesquisadora Maria Cláudia Cardoso Ferreira. Essas experiências me permitiram perceber de modo mais intenso as muitas questões que permeiam a problemática que se pretendeu abordar aqui neste estudo.

Notou-se, por exemplo, um certo receio por parte do corpo docente de que durante a discussão de assuntos mais sensíveis, o comportamento dos educandos se alterasse. Temia-se, em outras palavras, que a indisciplina se disseminasse ainda mais dentro das salas de aula, permitindo assim a eclosão de discursos de ódio pautados no racismo e na divisão de gênero entre outros.

Muito provavelmente, esse medo também decorre da onda conservadora que vem assolando o Brasil nos últimos anos, a qual permitiu que Projetos de Leis como o Escola Sem Partido¹, limitem as ações dos professores. É notória a preocupação de pais e responsáveis quanto às possíveis represálias que seus filhos poderão sofrer ao não acompanhar alguns movimentos políticos e ideológicos; entretanto como aprenderão a respeitar a liberdade de pensamento prevista no Art. 2º, Inciso I e IV deste mesmo projeto? Ademais, a insistência em manter projetos com este perfil, fere o princípio da autonomia e da liberdade de cátedra frente à uma educação humanista e antirracista; o que, instigaria com mais veemência o desejo latente dos discursos

¹ PL 867/2015 - Projeto de Lei que visa estabelecer regras para o professor sobre o que ele pode ou não falar dentro da sala de aula, para se “evitar” uma possível doutrinação ideológica e política. Cabe aqui ressaltar que a Constituição Federal nos artigos 205, 206 e especificamente o 207, estabelece o direito à autonomia universitária; o que também se aplica às atividades docentes, concedendo aos professores e professoras independência em suas práticas didático-científicas. Associado a estes dispositivos, o artigo 5, inciso IX, traz em seu texto que: é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. (BRASIL, 1988).

negacionistas.

No presente estudo, concentrei minhas análises no propósito de entender como o público docente que leciona a disciplina escolar de História lida com os denominados temas sensíveis e/ou controversos, mais precisamente, os relacionados com a prática do racismo, o que por sua vez, acaba atraindo para as discussões ainda muitos outros assuntos para as salas de aulas. Minha expectativa era também apontar quais as principais abordagens teórico-metodológicas empregadas por esses docentes durante o ensino/aprendizagem desses temas.

Tomei como parâmetro de análise para as discussões que pretendi desenvolver, os saberes empregados no exercício da docência, as práticas didático-pedagógicas empregadas nas escolas e, principalmente, durante as aulas de História, assim como o currículo e a cultura escolar. Busquei também apresentar resultados da investigação do processo de aprendizagem dos alunos, procurando destacar, sobretudo, se a atual onda negacionista vem impactando a disciplina de História, principalmente em relação ao ensino de assuntos que se relacionam com a prática do racismo.

Segundo a pesquisadora Verena Alberti (2020, p. 9), “a literatura a respeito de tais temas pode nos ajudar a criar estratégias para lidar com o ensino da História das relações raciais, estabelecendo um parâmetro para a construção de uma desomogeneização que desverticaliza o ensino/aprendizagem e amplia as estratégias de ensino [...]”.

Notoriamente, o ensino desses assuntos requer por parte dos docentes, mais do que conhecimentos teóricos. É preciso que esses estejam munidos ainda das proclamadas “Habilidades Socioemocionais”; as quais, de acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017), correspondem à possibilidade do: exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade, ao reconhecimento de suas emoções e as dos outros, à autocrítica e capacidade para lidar com elas, ao exercício da empatia promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza e à motivação do agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Considerando o que se indicou até aqui, pode-se questionar o seguinte: na prática, como vem se processando a problemática do ensino e da aprendizagem de assuntos sensíveis e controversos nas escolas da Educação Básica do Brasil? Qual papel vem sendo desenvolvido pelos docentes responsáveis pela disciplina de História no rompimento das concepções negacionistas e racistas que costumam permear as discussões sobre as experiências das populações negras ao longo da História?

Na expectativa de responder a esses questionamentos, recorri aos estudos de diversos pesquisadores e pesquisadoras no âmbito do ensino, entre os quais quero destacar aqui as contribuições de Maurice Tardif (2010,2011), Flávia Caimi a respeito dos saberes dos docentes, principalmente no âmbito do ensino da História. Destaco, também as importantes reflexões de Verena Alberti (2013; 2014) a respeito do ensino de conteúdo e temas sensíveis e controversos, assim como das orientações metodológicas dadas por Carmem Zeli de Vargas Gil (2018) e Gabriela Batista (2017) sobre a elaboração e o desenvolvimento de planos de aula com temas sensíveis sobre as mulheres e as violações dos Direitos Humanos no Brasil e em Timor-Leste, assim como as sugestões de Nilma Gomes (2005) sobre algumas estratégias de atuação para o desenvolvimento de uma educação pautada na reeducação das relações raciais.

Em posse das bibliografias ligadas ao objeto de estudo, busquei junto à comunidade escolar da educação básica e instituição de Ensino Superior (IES), encontrar respostas às questões acima aludidas através de entrevista online com nove professores/as e, considerando que a coleta de dados se deu no período da Pandemia do Covid-19, para complementar os dados, utilizei também os dados do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC.

Em virtude das limitações impostas durante o período de isolamento social devido a Pandemia do Covid- 19², encontrei nas redes sociais digitais, WhatsApp e e-mail possibilidades de entrevistar professores/as; perfazendo o total de 10 profissionais , sendo 09 da educação básica e 01 da academia. Na sua maioria seus comentários expressaram subjetivamente uma mistura de sentimentos que

² Covid-19 é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global.
<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>
<https://conselho.saude.gov.br/recomendacoes-cns/recomendacoes-2020/1086-recomendacao-n-018-de-26-de-marco-de-2020>

demonstram o quanto tratar questões de cunho sensível ou denso no ambiente educacional pode ser doloroso.

Ao encaminhar-se para os próximos parágrafos, o leitor encontrará no capítulo 1, a essência dos impactos com os quais professores e professoras têm se deparado ao conduzir um saber histórico atrelado ao ensino de temas sensíveis e/ou controversos e de como podem acessar os diversos mecanismos, em especial os processos cognitivos³ para lidar com as diversas situações que possam surgir em suas ações docentes; na sequência, ao adentrar no capítulo 2, o leitor será conduzido à compreensão de que os saberes do aprender e ensinar tem suas especificidades, o que permite o vislumbre de diversas possibilidades para o desenvolvimento da temática aqui discorrida. Também neste capítulo, é trazida à atenção as experiências de docentes e discentes em relação aos temas sensíveis e/ou controversos, especialmente o racismo em suas formações.

³ Processos cognitivos- Os processos cognitivos são os recursos que todo indivíduo tem para adquirir, processar e transformar informações, que também vão ajudar na tomada de decisões. Os processos cognitivos básicos são: percepção, atenção, memória, pensamento, linguagem e aprendizagem. A intenção aqui não é entrar no campo da psicologia, mas apontar que a partir de um olhar mais perspicaz e empático, a/o docente pode se valer de algumas das funções em que o/a estudante tem melhor desenvoltura para absorver o aprendizado.

2 CAPÍTULO 1: O SABER HISTÓRICO ESCOLAR E O ENSINO DE TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS

Em muitas ocasiões, percebe-se que parte dos assuntos denominados sensíveis e/ou controversos acabam sendo “esquecidos” ou pouco repercutidos pelos docentes nas aulas de História. Trata-se de uma estratégia premeditada que procura evitar maiores constrangimentos em sala de aula, visto que as suas discussões costumam aflorar os ânimos entre o público estudantil. Seguindo esta linha de raciocínio, o historiador e professor Jair Cardoso⁴, respondendo à terceira pergunta da pesquisa disse:

As leis 10639/2003 e 11645/2008 foram editadas já há mais de uma década e uma delas, a primeira, caminha para a segunda década de 19 anos; ao longo desse período muitas pesquisas foram realizadas. Pesquisas estas que têm sido apropriadas para professores em sala de aula; já tem material didático de alguma forma produzido em larga escala nas Universidades. Infelizmente ainda há resistência dentro de algumas instituições de ensino de alguns professores em particular ou de alguns gestores escolares que não implementaram de forma correta essas leis nas escolas. Eu acho que o que falta é vontade política do governo em geral, não tem muito interesse nessa questão e alguns profissionais que tem algumas resistências. (Entrevista via WhatsApp em 29/07/2022)

Nesse sentido, assuntos que envolvem sexualidade, religiosidade, gênero, violência, entre outros, são praticamente discutidos marginalmente no decorrer das aulas. Quase sempre, são tratados como um passado estanque, superado, que preserva pouco ou nenhuma relação com o presente. Quero aqui destacar o que disse Vera Carnovale (2018, p. 177) ao ser questionada acerca das “*implicaciones para el profesor al abrir la clase para tales temas*”. Em resposta, ela indicou que:

Ustedes en su pregunta han utilizado una palabra clave: abrir. Creo que se trata precisamente de eso: de abrir la clase a estos temas para tratarlos, para pensarlos, para debatirlos; para desnaturalizar conceptos, valores, representaciones, etc. Pero cuidado, no a partir de denuncias, sentencias o peroratas morales – que en poco y nada contribuyen a un aprendizaje significativo – sino, de nuevo, a partir de una didáctica polifónica que recupere la multiperspectiva de los sujetos históricos y de los sujetos de conocimiento (es decir, de los analistas sociales); que dé cuenta del carácter construido, interpretativo e inacabado del conocimiento histórico; y en consecuencia, que aborde la diversidad de enfoques y debates historiográficos en torno a estos temas, reconociendo explícitamente la legitimidad del disenso.

⁴ Jair Cardoso dos Santos - Professor, advogado, historiador, escritor e palestrante. Mestre em Crítica Cultural pela UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

Nota-se que ao responder ao mencionado questionamento, Vera Carnovale destacou a necessidade de “abrir” a aula para lidar com essas questões sensíveis. Todavia, como ela mesma alertou, essa abertura não deve soar como uma mera denúncia, ou como uma sentença – elas pouco ou nada contribuem para aprendizagem.

No processo de discussão desses conteúdos, as emoções dos alunos se elevam, entrando em choque com concepções, opiniões e crenças. Na maioria dos cursos de Licenciatura em História, nem mesmo no decorrer dos componentes curriculares mais práticos como nos estágios supervisionados obrigatórios, aprendemos como o docente deve se comportar diante de situações desta natureza. É preciso pontuar que esses cursos precisam se preocupar mais em promover debates e situações didáticas que permitam a experiência do desenvolvimento de abordagens teórico-metodológicas de temas sensíveis e/ou controversos dentro das salas de aula da Educação Básica. Inclusive, dentro de uma perspectiva interdisciplinar, mesmo sabendo que a esperada interdisciplinaridade eventualmente, precise superar obstáculos para serem realmente implementadas dentro dos ambientes escolares, como indicou Verena Alberti (2014, p.1) ao relatar a sua experiência no desenvolvimento de um projeto sobre os cinquenta anos do Golpe Militar no Brasil.

Também precisamos nos preocupar em como recepcionar uma concepção ou um questionamento controverso posto pelo educando, sem que isso o coloque em uma situação de constrangimento diante dos demais estudantes. Na possibilidade iminente de situações como essas serem cada vez mais corriqueiras no cotidiano da sala de aula, o cuidado do docente em valorizar o interesse do estudante em participar da discussão proposta, assim como o seu conhecimento prévio a respeito de determinado assunto sensível e/ou controverso, pode ser um primeiro passo a ser seguido. O rápido recepcionamento das ideias do estudante – por mais deturpado que possa parecer – pode ser mais uma oportunidade para que questões que costumam pairar o senso comum possam ser pontuadas e encaradas, permitindo assim que se alcance, em um segundo momento, os objetivos do ensino de um determinado assunto.

Não se deve, portanto, descartar ou ignorar determinadas concepções apontadas pelos estudantes, por mais que elas possam soar equivocadas ou estereotipadas, considerando que estamos tratando de pessoas em formação.

Levando isso em consideração, percebe-se que uma das principais premissas da prática pedagógica deve ser a empatia. Sentir a dor do outro, se colocar em seu lugar, pode permitir que se alcance o núcleo do problema, conduzindo a discussões que, partindo de determinados conceitos, podem ocasionar mudanças dessa atitudes. Deve haver um esmero em mostrar empatia ao fazer pesquisas que mexem com o interior dos indivíduos e ao mesmo tempo equilíbrio para não desviar do objetivo do estudo. Notável ainda é o auto desafio de 'fazer algo' com essa dor; não deixá-la ancorada ao puro sofrimento [...] mas, dar-lhe significado, restaurar sua condição coletiva, (re)contextualizar, reintegrar a história em que a experiência dolorosa ocorreu (GIL et. tal, 2018, p.191).

Tardif (2011, p. 11 *apud* Grützmann, 2019, p. 9) afirma que:

Os saberes dos professores não flutuam no espaço, têm a ver com a pessoa, suas identidades, suas experiências de vida; tem a ver, também, com sua história profissional e com a sua socialização profissional. Os saberes são compartilhados entre os professores/as e sua posse e utilização repousa sobre um sistema de legitimidade e orientação: os currículos, a sociedade etc. Em suma, os saberes dos professores são fundamentados em construções sociais, situadas no tempo e no espaço e seu próprio objeto é um objeto social; uma prática social.

Conceito também que é corroborado pelos autores Carmem Zeli e Jonas Camargo, quando afirmam:

A escola pública brasileira está inserida em um contexto sensível em função da violência, das desigualdades sociais, das lutas pelo reconhecimento de grupos invisibilizados na história nacional e, mais recentemente, dos ataques à profissão docente com projetos reacionários que buscam “vigiar e punir” os professores. Queremos, portanto, pensar os temas sensíveis com base em questões vivas para a sociedade, controvérsias na historiografia, temas constrangedores para determinados grupos sociais, difíceis no contexto da escola, que possam, queremos crer, produzir esperança nas salas de aula [...] (2018, p.147).

Ao relacionar os desafios enfrentados pelo sistema educacional e a importante função dos professores como formadores de opinião, urge a necessidade da produção de mudanças a partir da atuação de cada profissional face às implicações do sistema em relação ao ofício da docência e seus próprios desafios. Nesta linha de pensamento e a partir dos dados obtidos em relação às experiências constrangedoras vivenciadas por licenciandos e licenciandas na pesquisa (Pibic) e o aparente 'ignorar o que foi visto' pelos docentes em relação a situações sensíveis e/ou constrangedoras

que possam surgir nas aulas, foi possível perceber que as estratégias empregadas nas formações precisam ser reinventadas e acrescidas práticas metodológicas que aguace nestes docentes e futuros professores um saber histórico pautado num fazer educação que vê o estudante como principal protagonista.

Neste enredo, podemos nos perguntar: Como esta meta pode ser alcançada tendo em vista o cenário de medo e insegurança enfrentado no cotidiano das escolas da educação básica tanto pública como privada? Considerando que somos seres inacabados, (FREIRE,1970, MEDEIROS, 2017) talvez seja proveitoso reavaliar conceitos através de reflexões sobre as nossas e as realizações de outros indivíduos. No tópico a seguir será apresentado como uma educação empática e antirracista viabiliza a abertura de tantas outras probabilidades.

2.1 REFLEXÕES PARA UMA EDUCAÇÃO EMPÁTICA E ANTIRRACISTA

Na última década, muito em decorrência da aprovação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, vimos as discussões a respeito da diversidade étnico-racial ser cada vez mais recorrente nos espaços de ensino, e não apenas da Educação Básica. Mesmo em muitas ocasiões, essas discussões sendo abordadas apenas em momentos e datas mais específicas como 20 de novembro, Dia Nacional da Consciência Negra, não se pode negar que existem avanços importantes nos debates que permeiam a educação antirracista.⁵

Entende-se por educação antirracista um conjunto temas, orientações e situações metodológicas que viabilizem a desconstrução de uma educação pautada num sistema eurocêntrico (GOMES, 2005). É na Educação Básica que a educação antirracista deve ser potencializada, pois somente com a implementação de práticas pedagógicas nos primeiros anos do ciclo estudantil é possível construir uma educação onde não haja a prática da supremacia, seja ela de brancos ou negros.

Para Cainelli (2006, p. 71),

ensinar História para crianças significa pensar como despertar interesses pela contemporaneidade através do passado que a fundamenta. A questão

⁵ Têm sido incansáveis os esforços para efetivação da Lei 10639/2003 e 11645/2008 de maneiras que já conseguimos perceber os resultados advindos das lutas pela implementação deste forte dispositivo legal que busca reparar anos de maus-tratos imputados aos africanos, afro-brasileiros e indígenas ao longo dos séculos; à exemplo de concursos para o cargo de professor de Cultura e História Afro-Brasileira e Indígena para atuarem na educação básica (edital concurso em Lauro de Freitas-BA).

principal é proporcionar à criança possibilidades de dialogar com o passado através das vozes e vestígios que o tempo multifacetado permite. É urgente que o professor do Ensino Fundamental pare de tentar levar o estudante para o passado, como se fosse possível embarcar em uma máquina do tempo. Cabe ao professor demonstrar aos alunos que conhecer o passado só é possível se conseguimos distinguir seus rostos, falas e sentimentos no presente.

O racismo nas Américas está diretamente associado ao nosso passado de escravidão dos povos indígenas e africanos pelos povos europeus. De modo que ao se esclarecer a quais infortúnios os africanos e indígenas foram sentenciados durante a colonização⁶ e como resistiram e resistem na atualidade, permitirá que reflitam como nossas ações afetam os descendentes destes grupos na atualidade. Ao abordar estas questões através de uma roda dialógica é possível perceber com perspicácia, os mais íntimos sentimentos e emoções de cada estudante presente, permitindo também o sentir a dor do outro a ponto de desejar rever suas atitudes em relação à prática do racismo e outras controvérsias sociais. A utilização da metodologia Aprendizagem baseada em problemas (ABP) ou Problem-Based Learning (PBL)⁷ é bem interessante pois é possível apresentar o problema através de leituras, de imagens, entre muitas possibilidades; e problematizar junto os estudantes em discussões que trazem a condição escravizada dos povos africanos durante os séculos XV-XIX, como exemplo trago as inquietações quanto ao que acontecia nas viagens em navios apinhados de pessoas, o cortes de relações familiares, quais funções exerciam as mulheres antes de serem trazidas de várias partes da África para serem escravizadas. Ao levantar hipóteses, permitimos que se inicie um processo de construção de uma realidade que fora escondida por séculos. Fazemos também bom uso do livro didático, aliado e por vezes o único recurso em algumas escolas da rede pública; neste recurso já se

⁶ O que de bom trouxe a colonização dos povos africanos ante o flagelo deflagrado em terras africanas e, para os indígenas nas terras ainda por serem nomeadas brasileiras nos séculos passados, que seja motivo de bem aventurança para seus descendentes até a geração atual? Sofrer os horrores em uma guerra onde já eram considerados derrotados, demandaria muito esforço intelectual, pois o físico para muitos destes havia esgotado; restando o que mais precioso ainda possuíam, seus pensamentos, sua capacidade de renovação. E assim fizeram: desenvolveram diversas estratégias para proteger seus conhecimentos empíricos. Estando estes bem expressivos em nossos dias. Desta forma ao reconhecer, creditar e respeitar estes saberes de nossos antepassados africanos e indígenas possibilita-se que aos poucos se quebre o legado persistente do colonialismo evidente nas práticas preconceituosas e discriminantes daqueles que insistem em negar o racismo.

⁷ A Aprendizagem Baseada em Problemas ou PBL pode ser definida como uma metodologia de ensino-aprendizagem que tem como foco e eixos: a colaboração, a autonomia da construção do conhecimento, a contextualização do tema e as situações problemas colocadas para dar início e direcionar a aprendizagem de conceituações, fundamentos e teorias para facilitar a aprendizagem (FINCO-MAIDAME, 2017).<https://www.gov.br/mec/pt-br/novo-ensino-medio/itinerarios-formativos-do-novo-ensino-medio/ciencias-humanas-e-socias-aplicadas>

percebe mudanças que contemplam os povos africanos e indígenas, retratando-os ainda que timidamente por uma ótica a partir da expressão da Lei 10645/2008. O uso da tecnologia avança a passos largos e o uso de equipamentos celulares, por vezes se torna um grande problema em sala de aula. Porém a utilização desta ferramenta, nos permite realizar excursões, visitar museus e galerias nacionais e internacionais, trazendo para estes estudantes, inclusive desde os primeiros anos da educação fundamental, fontes materiais e imateriais que, nesta fase de idade (3-5 anos) fará toda diferença na construção de uma educação empática e antirracista. Associado a este pensamento, a partir do final do século XX, vários autores investigaram a possibilidade de crianças pequenas aprenderem história. Estes autores argumentam que

Ao aprender a interpretar a evidência, as crianças aprendem a fazer uma série de sugestões válidas acerca de como as coisas foram feitas ou utilizadas e, assim, concluir o que significavam para as pessoas que fizeram e usaram estes objetos. (Cooper, 2004, p. 59, *apud* Cainelli, p.2)

Pactuando estes conceitos a prof.^a Josimara Caliane Casaes Santos disse sobre os benefícios da educação histórica para crianças e jovens:

[...] refletir sobre o convívio de uma criança no seu primeiro ambiente educacional, a instituição familiar, é possível perceber que nele a criança já experimenta o desenvolvimento de uma atitude empática. Começando a vivenciar sensações que levam a explosões de emoções diversas, tais como a dor no próprio corpo e o sofrimento do bichinho de estimação da família. E, ao adentrar no ambiente escolar, a criança leva consigo uma formação inicial do que significa bons e maus tratos. Dessa forma o educador poderá, sem traumatizar, discutir temas sensíveis como escravidão, holocausto, preconceito racial, gênero e etc.

Por anos, o ensino de história foi visto apenas como componente usado para repasse de informações históricas. No entanto, a partir do que foi acima aludido, é possível perceber a crescente e urgente necessidade de repensar a funcionalidade das metodologias aplicadas na atualidade face às novas demandas e transformações consolidadas a partir das experiências durante a pandemia e seu ciclo subsequente. A professora em destaque valoriza o tema da empatia, relaciona com as emoções das crianças e propõe vínculo com conteúdos históricos muito sensíveis. Acertadamente podemos dizer que “construir” é mais fácil do que “reconstruir”. Especialmente quando envolve reformar conceitos arraigados e erroneamente difundidos.

Ao entrarmos neste campo percebemos a dimensão da lacuna existente entre o currículo formativo nas Instituições de Ensino Superior (IES) e o praticado nos níveis da Educação Básica. No geral, focamos nos conteúdos e deixamos em segundo plano os saberes do ensinar, nestes casos os saberes da didática da história na sala de aula.

[...] devido a crescente institucionalização e profissionalização da história, a importância da didática da história foi esquecida ou minimizada. Durante o século XIX, quando os historiadores definiram sua disciplina, eles começaram a perder de vista um importante princípio, a saber, que a história é enraizada nas necessidades sociais para orientar a vida dentro da estrutura tempo..." (RÜSEN,2008, p.7 *apud* CERRI, 2013, p.32)

Em geral, o currículo formativo promovido pelas IES tem sido pautado na tecnicidade do ofício do historiador e no saber histórico, por vezes estabelecido há décadas, no entanto, desde que foi instaurada a BNCC (2017), bem como o apelo nos crescentes movimentos sociais para o cumprimento das Leis educacionais voltadas para uma educação inclusiva e antirracista, tem se percebido mudanças significativas no contexto das formações; isso devido às formações estarem sendo voltadas para um desenvolvimento pautado no saber histórico associado ao cotidiano escolar, permitindo assim que haja uma diminuição do longo espaço entre a academia e a escola. À exemplo, temos a temática criada para reger os processos Programa Residência Pedagógica (PRP)/Unilab 2022/2024, intitulada "Tecituras Colaborativas entre escola e universidade". Define-se como tecitura, a reunião dos fios que se atravessam no tear. De maneira que ao desenvolver e realizar práticas educativas no grande tear que a escola se torna, através de seus muitos atores, este programa tece ou aproxima "fio a fio" o conhecimento prático acadêmico na educação básica através de linguagens, situações metodológicas adaptadas ao contexto do ensino fundamental, projetos tradicionais com nova roupagem como a Jornada Pedagógica do 2 de Julho, projeto que fortalece a metodologia de ensino a partir do conceito da história vista de baixo (THOMPSON,1980)

Evidentemente, tal como apontou Cerri, (2013), este "entrelaçamento de ensino/aprendizagem" reflete com maestria a Didática da História, pois

[...] investiga o que é (tarefa empírica), o que pode (tarefa reflexiva) e o que devia ser transmitido (tarefa normativa) no que se refere à História. Citando, Jeissman, define que a Didática da História é a disciplina científica que indaga sobre o caráter efetivo, possível e necessário de processos de ensino

e aprendizagem e de processos formativos da História. [...] se preocupa com a formação, o conteúdo e os efeitos da consciência histórica" (BERGMANN, 1990, p. 29 *apud* Cerri, 2013. p.29)

A consideração deste debate mostrou que o conceito de consciência histórica é indissociável do conceito de Didática de História. Cerri (2013 *apud* BERGMANN, 1990, p. 29). Isto é esplêndido! Pois, através da didática ou 'arte de ensinar' cada sujeito, ao constituir-se de identidade, o faz por meio da sua consciência histórica atrelada à memória, à cultura e à ressignificação de suas experiências, de forma que ao narrá-las revisita seu passado e possibilita a si e aos outros sujeitos assimilações sobre o passado, o presente e projeções para o futuro como sujeito consciente de seus direitos e deveres. (ROSANELLI, 2018). Ao conduzir os estudantes pelos caminhos da memória-cultura-ressignificado de suas experiências, o professor/pesquisador, por "um momento" sai do seu "gabinete" (SEFFNER,2011) e mediando a busca como um 'detetive intelectual', contribui para possíveis mudanças de conceitos. (ORTIZ, 2000)

Ao pensar numa prática metodológica com um cunho investigativo, entendemos a importância da empatia. Tem-se dito que não nascemos empáticos, ao invés, desenvolvemos ou não ao longo de nossa caminhada como sujeito pensante (Gil. et.al, 2018). Por vezes foi dito neste diálogo, o quanto mexer com o íntimo pode ser doloroso. Recentemente tem-se ouvido muitos discursos que enfatizam o 'evidenciar empatia'. Dessarte, como agir? A princípio, se faz necessário compreender o que está envolvido em ser empático. Os dicionários explicam que a "capacidade de se identificar com outra pessoa e de sentir o que ela sente por se colocar no lugar dela" chama-se empatia. De acordo com o Dr. Rick Hanson, especialista em saúde mental, a empatia está em nosso sangue — nós já nascemos com ela. Trilhando essa linha, o que significa escutar com empatia? O Novo Dicionário da Língua Portuguesa (1986) define empatia como a "tendência para sentir o que sentiria caso estivesse na situação e circunstâncias experimentadas por outra pessoa". O mesmo dicionário define escutar como "tornar-se ou estar atento para ouvir; aplicar o ouvido com atenção para perceber ou ouvir". Assim, quem escuta com empatia faz mais do que ouvir o que os outros dizem. Ele presta atenção e compartilha dos pensamentos e sentimentos das pessoas. Isso requer concentrar-se no que está ouvindo, não deixando a mente vagar.

A breve espelhagem para a compreensão do que significa ser empático e

antirracista, nos leva a uma questão que continua sendo ruminada por séculos: o racismo, em todas suas variantes. Todavia, conseguimos enxergar recentemente com um pouco mais de velocidade ou um pequeno avanço, nesse âmbito, com a obrigatoriedade do cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11645/2008.

Convém ressaltar que, embora o racismo no Brasil apareça como algo insistentemente negado, ele se mantém presente nos sistemas de valores que regem o comportamento da nossa sociedade, expressando-se através das mais diversas práticas sociais, como indicou GOMES (2005). A autora observou ainda que o entendimento conceitual sobre o que é racismo, discriminação racial e preconceito, poderia ajudar os(as) educadores(as) a compreenderem a especificidade do racismo brasileiro e auxiliá-los a identificar o que é uma prática racista e quando esta acontece no interior da escola. Essa é uma discussão que deveria fazer parte do processo de formação dos professores. Especialmente neste período de mudanças históricas em espaços de tempo curtíssimos. Levando-nos a questionar: 1) Em qual velocidade a Lei 10639/2008 está sendo implementada? 2) Deveríamos considerar vergonhosas as ações e práticas pedagógicas neste período de festejos da ascensão dos 20 anos da implantação da Lei 10639/2003, considerando que tais práticas apenas nos fazem lembrar que em 13 de maio de 1888, foi sancionada uma Lei que ainda não é devidamente perpetrada? O noticiário Brasil de Fato, ao divulgar os resultados da pesquisa: "Lei 10.639/03: a atuação das Secretarias Municipais de Educação no ensino de história e cultura africana e afro-brasileira", expôs que apenas um pouco mais da metade das 1187 Secretarias Municipais de Ensino (53%) realiza ações pontuais e pouco estruturadas, geralmente em datas comemorativas, como o Dia da Consciência Negra (20 de novembro). Nesses casos, as ações são de responsabilidade de pequenos grupos, ou muitas vezes ficam a cargo de uma única pessoa do universo escolar, ou seja o professor/a de história. E, ainda mais lastimável, é o resultado de que cerca de 18% das secretarias municipais de educação ouvidas durante o estudo reconhecem que não realizam qualquer tipo de ação para cumprimento da lei. A pesquisa ressalta que nos municípios onde a legislação é efetivamente cumprida (29% do total), as redes de ensino públicas têm estruturas administrativas, há regulamentações locais, dotações orçamentárias e periodicidade na realização de ações para atender às Diretrizes Curriculares Nacionais para as Relações Étnico-Raciais. Neste estudo, Suelaine Carneiro, Coordenadora de Educação e Pesquisa da Geledés destacou quais caminhos é preciso percorrer para

que haja a devida aplicação da Lei 10639/2003: São eles: o compromisso político para a implementação assertiva da Lei 10.639/2003, a inspiração de outros municípios por àqueles que fizeram a escolha por educar para a igualdade racial; e, em complemento, Beatriz Benedito, analista de políticas públicas do Instituto Alana exortou “que as decisões dos gestores públicos têm um papel fundamental para o fortalecimento das práticas antirracistas e na efetivação da Lei 10.639/03 nas escolas.e, que colocada em prática, impacta a vida de todos os mais de 47 milhões de estudantes e profissionais da educação, com mais e melhores referências da contribuição dos povos africanos e afro-brasileiros na história do nosso país”.

Esse déficit não sendo sanado, contribui para o ‘fortalecimento’ e ‘inovação’ na prática da discriminação racial; apresentando-o sempre com uma nova roupagem. A exemplo do neorracismo; que com seu pano de fundo, a xenofobia, tem elevado o número de imigrantes negros que se achegam ao Brasil em busca de abrigo, na sua maioria se confrontarem com a tão temida acolhida preconceituosa. Em episódios que fazem parte do cotidiano brasileiro, moçambicanos, angolanos e, entre outros, senegaleses, têm sido vítimas dos mais terríveis maus tratos. Tais fatos se fossem devidamente registrados não caberiam nos arquivos policiais. Porém me atenho à questão de como podemos educar para não discriminar. Ainda sobre as crueldades vivenciadas por imigrantes do continente africano, apresento o sofrimento imposto a uma jovem senegalesa no ambiente escolar não por ser de outro país, mas, especificamente por ter a pele escura. Pereira, Nilton, et.al,2018); ainda outro fato envolvendo o ambiente educacional ocorreu com uma adolescente negra que estuda em uma escola particular em Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro, foi vítima de racismo. Em mensagens trocadas por meio de aplicativo, Ndeye Fato Ndiaye⁸ foi xingada e humilhada por ser negra. Percebe-se que o problema não está relacionado à condição social, e sim, à cor da pele. Evidenciando que a estrutura do racismo construído a partir do período escravista retrocede àquele tempo. Isso porque está engravado em muito e muitas de nós. Aderindo ao pensamento apresentado pelo docente Washington Santos Nascimento⁹, ao participar de uma webinar, promovida pela Anpuh, entendo que para além dos esforços empreendidos por intelectuais negros e negras ao longo dos tempos, seja preciso mais envolvimento por nós negros

⁸ <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/05/20/estudante-e-vitima-de-racismo-em-troca-de-mensagens-de-alunos-de-escola-particular-da-zona-sul-do-rio.ghtml>

⁹ Professor adjunto do Departamento de História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

e negras, nos países da África ou da Diáspora ao difundir as riquezas, sejam elas materiais ou intelectuais com o objetivo de desconstruir, descolonizar o racismo que habita em muitos indivíduos. E como ele expressou, apropriadamente os africanos precisam, devem” historicizar-se”!

Na vasta relação de assuntos conflitantes ligados ao racismo, importa conduzir a discussão à temática religiosidade. Sob esta, encontra-se envolto uma carga de preconceito que pode passar rápido de diálogos sensíveis para discussões acaloradas. Entretanto, com boa previsão, o/a professor/a com sua experiência profissional deve sempre estar convencido de que nas mediações envolvendo tais diálogos durante seus debates e reflexões, os alunos que ali estão presentes são oriundos de famílias católicas, evangélicos, umbandistas, espíritas, entre outras, por isso deve-se destacar a importância de dialogar e aceitar o convívio e socialização de todos. O ensino religioso é um componente necessário no ambiente escolar pois agrega valores e reflexões sobre o meio espiritual dos educandos; e que, de acordo com o desenvolvimento da temática a ser desenvolvida em sala de aula, pode descolonizar qualquer preconceito nele envolto. Entretanto não como uma ferramenta doutrinária, mas sim como uma forma dos alunos e alunas verem o mundo de forma diferente, principalmente no que tange às diferenças sociais e religiosas. Mas, é preciso acautelar-se para que tais diferenças religiosas não passem a ser vistas como ‘anormais’, ao invés disso, como escolhas pessoais que precisam ser respeitadas. Sobre isto a fundadora da Associação de Cultura e Tradições Africanas Isabel Cristina Ribeiro Rosa, em apresentação de seu projeto institucional na Live¹⁰: A experiência docente depois da Lei 10639/03, promovida pela Rede de Historiadorxs Negrxs, ao citar uma experiência constrangedora vivenciada na instituição, expressou as palavras: “não preciso que me tolerem, mas que me respeitem”.

Continuando o diálogo, neste mesmo evento online, Carina Santiago dos Santos, professora da Rede Municipal de Florianópolis, apresentou um contraponto sobre o ensino religioso na perspectiva da Lei 10639/2003 a partir de suas vivências na formação de profissionais; e comentou:

[...] relação com estudantes não é problema, mas sim os colegas profissionais brancos. Questionam: porque estudar sobre autores negros, já

¹⁰ Live exibida na Plataforma YouTube sob o Projeto Jornada do Novembro Negro-Legados e Perspectivas da Lei 10639/2003 promovida pela Rede de Historiadorxs Negrxs. Disponível em <https://www.youtube.com/live/TvL680fdhIk?feature=share>

não basta falar de cultura? Em sequência disse: a resistência se torna maior quando entra no quesito religiosidade.

Ela concluiu dizendo que tendo em vista o estado de laicidade no país, a melhor maneira para dar a conhecer a forma de adoração praticada por muitos/as africanos/as e afro-brasileiros/as é dialogar sobre todas as religiões existentes no Brasil.

Neste universo de conceitos, vale salientar a importância do saber escutar. Um dicionário define escutar como sendo algo mais que ouvir, ou seja, a pessoa tem que prestar atenção ao assunto, entender do que se trata, perceber o que foi dito, sentir as palavras, memorizar o assunto, opinar, levar em consideração e agir ou não em conformidade. E foi exatamente o que vivenciei em um de meus encontros com o componente de Didática dos Países da Integração. Durante a aula que tratava de questões gerais sobre a didática de ensino, emergiu-se da parte docente uma questão controversa que por anos a intrigava; e antes que esta fosse alimentada com mais controvérsias, solicitei a fala em seu lugar, e diante de todos, teci breves comentários explicativos. Devido aos limites do tempo de aula, acordamos um outro momento para que eu gerisse uma aula sobre a mesma temática. Imaginemos que episódios como este possam acontecer em uma aula ministrada por um/a recém-licenciado/a ou, ainda, um discente cursando estágio!

Na experiência aqui apresentada, há uma troca de papéis, sendo o constrangimento vivenciado por uma professora em Formação em determinado momento de seu estágio, se viu em uma situação que lhe exigia mudar a rota, reunir informações e tentar estabelecer um diálogo com as certezas de seu aluno.

Num primeiro momento, senti dificuldade em contra-argumentar com o aluno que defendia as memórias do pai em apologia ao período ditatorial, contando com a ajuda da professora orientadora do estágio, que assistia à oficina e propôs indagações. O caminho encontrado para dar vazão ao embate de memórias e percepções previamente constituídas foi, justamente, retomar a análise documental.” (Revista História Hoje, vol. 7, nº 13).

Em contextos como este, onde os diálogos se tornam acirrados, a decisão mais apropriada é "segurar as rédeas" e mudar o rumo da discussão, assegurando aos envolvidos um retorno às discussões em outro momento.

Enquanto estudante da UNILAB, uma Instituição de ensino superior criada dentro dos parâmetros da perspectiva antirracista, situações que levam a diálogos

acirrados aparecem de modo muito mais corriqueiro e natural do que em outras IES. Inclusive, enquanto estava a cursar a disciplina de Estágio Supervisionado II, ministrada pela professora Clícia Miranda, acabei sendo instigada a pensar e compreender como o racismo estrutural seria a causa do atual estado de vulnerabilidade da maioria da população negra estudantil.

No decorrer desse componente curricular, deparei-me com muitas questões que soavam como sensíveis, e não só para mim como para alguns profissionais da gestão pedagógica da unidade escolar onde apliquei o projeto de intervenção. Durante a observação, diagnostiquei que os estudantes haviam sido enquadrados no “grupo dos vulneravelmente rejeitados” por todos os professores e pela gestão. E dentro desta padronização estava em evidência as classificações: negro, pobre, não alfabetizados embora estivessem com idade entre 14 e 17 anos. Sendo estas questões sociais extremamente sensíveis, a expectativa é que certamente qualquer profissional encontraria resistência. Para completar o feixe de questões, a professora regente quase me impediu de atuar; por considerar os estudantes indignos de serem protagonistas no projeto de ação pedagógica que elaborei para o componente estágio II. Intitulado *Repensando Valores Éticos e Morais* (2020) e orientado pela professora Clícea Maria Augusto de Miranda, o projeto trabalhou as questões socioemocionais e a dimensão de como o racismo afeta a identidade e o desenvolvimento escolar. A etapa final do projeto ocorreu na Semana da Consciência Negra. O resultado não poderia ter sido melhor, pois os estudantes tidos por todos na unidade escolar como indisciplinados, foram os que mais apoiaram; especialmente na última fase do projeto, em que ocorreu a exibição do filme *Bem-Vindo a Marly-Gomont* (2016).

Foi somente a partir dessa experiência que pude compreender melhor o que quis dizer GOMES (2005) ao indicar que a escola somente poderá proporcionar a construção de novos valores existenciais quando “as práticas formativas” estiverem devidamente alinhadas: academia/escola, escola/gestores/coordenadores/alunos/família. Nesse sentido, pode-se assegurar que o saber do aprender e para ensinar, quando aliados a doses substanciais de empatia, possibilitam que assuntos considerados sensíveis e/ou controversos possam ser ministrados com o equilíbrio, a responsabilidade e o compromisso esperados.

Os próprios manuais didáticos de História, que antes apresentavam conteúdos – narrativas e imagens – que pouco contribuem para a superação dos ideais racistas, estão passando por mudanças importantes nos últimos anos. Tais

mudanças são decorrentes não apenas da aprovação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, mas, ainda, das avaliações para que esses manuais possam ser aprovados pelo Programa Nacional do Livro Didático. Há de se atribuir ainda essas mudanças às novas interpretações postas pela nova Historiografia em seus estudos decoloniais. Vieira, F; Heck, Mariana. (2016, p.93-112) Trata-se de um dado importante, sobretudo porque, como se sabe, em muitas escolas públicas os únicos recursos de aprendizagem disponíveis são os livros didáticos.

No capítulo a seguir, analisarei os dados obtidos a partir das entrevistas com docentes que ensinam a disciplina escolar de História.

3 OS SABERES PARA ENSINAR TEMAS CONSIDERADOS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS NA FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE PROFESSORES DE HISTÓRIA

Neste capítulo apresento e teço algumas considerações a partir das entrevistas e questionários analisados sobre os saberes que são comumente mobilizados pelos professores e licenciandos para abordar os chamados assuntos sensíveis durante as suas práticas.

Foi possível perceber entre os professores e professoras partícipes desta pesquisa que, devido aos muitos fatores que serão apresentados no decorrer deste diálogo, ainda se mantém práticas metodológicas pautadas na cultura do ‘eu ensino, você aprende’. a chamada educação bancária, que se tenta desconstruir há décadas. (FREIRE, 1987). No entanto, foi evidenciado por estes que é possível ressignificar o ensino aprendizagem de História, a partir de abordagens metodológicas tradicionais e modernas como aprendizagem baseada em problemas, aprendizagem baseada em projetos, sala de aula invertida, gamificação e estudo de caso.

Metodologicamente, me esforcei para apontar as questões indicadas acima por meio de uma pesquisa narrativa. Segundo Clandinin e Connely (2000, p.20), pesquisa narrativa consiste em um modo “de entender a experiência” a partir de um processo de colaboração entre o pesquisador e o pesquisado. Nesse sentido, por meio da “pesquisa narrativa”, procurei analisar as experiências dos docentes da Educação Básica que atuam com a disciplina escolar de História no âmbito do ensino de assuntos considerados sensíveis e controversos.

Todavia, em virtude do distanciamento social imposto pela pandemia do Covid-19, o contato com o público docente que contribuiu para o desenvolvimento dessa pesquisa se deu por meio do aplicativo WhatsApp. Por meio desse aplicativo de mensagens foi disponibilizado para cada docente um arquivo composto por oito questões, a saber: 1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de História? Por favor elenque alguns temas sensíveis e/ou controversos; 2. Na sua opinião, assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade devem ser tratados na escola? Se positivo, quais destes geram mais desconforto? 3. A Lei 11.645/2008 tornou obrigatório o ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena, neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como

suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo? 4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros, os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente; 5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na escola numa perspectiva inclusiva e antirracista; 6. A prof.^a pesquisadora Verena Alberti (2014) ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos – gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão – estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso. Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino/aprendizagem de História relacionada com a Leis 10.639/2003 e 11.645/2008? 7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, sob o contexto dos escravidão africano e dos genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para a formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras?; 8. Como desenvolver um plano de curso que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Consciência Negra?

Em resposta ao primeiro questionamento, as entrevistadas, de um modo geral, compartilharam do mesmo ideal, ou seja, de que temas sensíveis/controversos são aqueles que mexem com o íntimo dos envolvidos. Também concordaram ao indicar que o racismo e a sexualidade pareciam ser o mais comuns nas aulas de História.

Inclusive, ao responder a segunda questão, elas adicionaram a esse rol os aspectos relativos à religião como sendo mais um assunto que causava muito desconforto aos alunos. Sobre os problemas que, de acordo com os seus olhares, estavam impedindo a rápida implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, elas apontaram a ausência de orientações mais coordenadas por parte do Estado e, conseqüentemente, daqueles que atuam nas escolas. Todos esses obstáculos

estariam permitindo que, em sala de aula, o interesse em debater esses assuntos estivesse somente a cargo do docente responsável pela disciplina de História. Vejamos o que disse Josimara Santos, uma das docentes entrevistadas:

Infelizmente, não observo ações efetivas que desconstroem o sistema bem estruturado de racismo. Como vamos desenvolver práticas pedagógicas em outras ocasiões senão o 13 de maio e o 20 de novembro? É desafiador, pois o Estado e as instituições educacionais em geral dizem o que o sistema eurocêntrico quer ouvir! Isso mantém os opressores racistas no pleno exercício do seu papel: o de excluir (Entrevista por WhatsApp em 21/062021).

Sobre este ponto, Gomes (2005, p. 147) salienta:

que não “podemos” generalizar e dizer que todos(as) os(as) educadores(as) sofrem de apatia e passividade. Durante as palestras e debates de que tenho participado nos últimos anos, tenho notado que, aos poucos, vem crescendo o número de educadores(as) que desejam dar um tratamento pedagógico à questão racial [...]. Porém, antes de pensarmos em quais estratégias podemos adotar, é importante que estejamos atentos ao seguinte ponto: se todos nós estamos de acordo com a necessidade de se desenvolver estratégias de combate ao racismo na escola (que é o objetivo deste livro), concordamos com o fato de que o racismo existe na sociedade brasileira. E mais, concordamos que racismo está presente na escola brasileira. Esse é um ponto importante porque rompe com a hipocrisia da nossa sociedade diante da situação da população negra e mestiça desse país e exige um posicionamento dos(as) educadores(as).

Metodologicamente, o desenvolvimento dessa pesquisa acabou sendo impactado pela Pandemia do COVID-19. O distanciamento escolar e a suspensão das atividades escolares me impediram de entrevistar um maior número de docentes, o que, por sua vez, não me permitiu ampliar o olhar para as questões que se pretendia aqui, *a priori*, discutir. Eu procurei sanar essa limitação ampliando a análise para a realidade de estudantes que cursam licenciatura em história em instituições públicas do estado da Bahia. Os dados foram obtidos a partir de questionário¹¹ contido no Projeto de Iniciação Científica coordenado pela docente Maria Cláudia Cardoso Ferreira, intitulado: “Tornando-se professor/a de História: análise dos aportes teórico-metodológicos mobilizados para lidar com os temas sensíveis e controversos no ensino-aprendizagem de História na UNILAB”, entre os anos 2020-2021, ao qual atuei como pesquisadora IC Júnior.

Dos 40 estudantes questionados no decorrer da pesquisa, 70% deles declararam que durante a sua formação, ainda nas dependências das IES, se

¹¹ Os resultados obtidos a partir deste questionário, estão dispostos nos anexos.

depararam com a problemática do ensino de temas sensíveis e/ou controversos. Inclusive, um dos ouvidos indicou que:

Outro momento que achei bem controverso, foi escutar de um professor na disciplina de História da África, que o HIV foi levado para o Continente Africano através das relações homossexuais. Eu sendo a única pessoa (em sala) no momento, fiquei na expectativa que ele desenvolvesse uma discussão para além do preconceito e da LGBTfobia, mas toda a discussão se encerrara ali com minha solicitação para que ele apontasse referências e críticas da temática abordada (Google formulário, entrevista realizada entre 02/2022 a 03/2022)

O que contribuiu para que uma situação como essa, no lugar de se abrir para outras discussões, se encerrasse de modo aparentemente constrangedor? Penso que deveria haver um pouco mais de empatia da parte docente. Isso porque se faz necessário que o professor/mediador esteja ao menos consciente de que pode, dentro do assunto programado para aquela aula, surgir questões que poderão mexer com o sentimento dos estudantes. Nesse sentido, ele ou ela, ao ocupar o lugar de formador/a, mais do que dominar o assunto (conteúdo da área), deve ser capaz de conduzir a discussão com empatia (saberes do ensinar), de modo que a turma e, em especial, os possíveis constrangidos, possam externar e contribuir com as discussões em curso.

Mas, o problema é que a maioria dos professores e professoras não receberam formação consistente para lidar com esses temas em sala de aula. O que é explicitamente materializado nas experiências que seguem classificadas como sensíveis ou controversas:

Sensível: Já assisti situações de constrangimento de um professor para com um aluno autista, onde foi notório seu desconforto quanto a presença dele em sua turma.” Comentou Laís Oliveira, docente da UEFS. (PIBIC)

Situação como esta supracitada, é muito recorrente especialmente nos espaços da educação fundamental, o que seria relativamente “normal” considerando que jovens e crianças envolvidas no mesmo ambiente, e por falta de compreensão poderiam demonstrar atitudes preconceituosas. Entretanto, o que dizer dos espaços acadêmicos, que tem como objetivo principal produzir conhecimento que induz o indivíduo a repensar ações e comportamentos discriminatórios. Na oportunidade trago à atenção outro fato agravante envolvendo outro jovem portador de TEA-Transtorno do Espectro Autista, que tenta há 02 anos tornar-se estudante do curso de medicina

na UNEB Universidade Estadual da Bahia. Podemos observar que nos dois fatos caracteriza-se a falta de empatia e o deliberado descumprimento da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015¹² que Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, e diz no seu Art. 27:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Continuando a demonstração de algumas experiências coletadas (Pibic), apresento outra vivência sensível que se relaciona com a sétima pergunta listada na pesquisa disponibilizada para os docentes:

Sensível/Emotiva:

Outra situação vexatória vivenciada por outra discente foi: “Durante participação em uma aula sobre personalidades históricas (no contexto Bob Marley) para qual fui convidada a participar, pois não fazia parte daquela turma, durante minha fala, um aluno no fundo fala insistentemente a palavra “maconheira”, comentário feito pela discente Nelma Pereira de Jesus, graduanda na UFRB. (Pibic)

A insubsistência de dados quanto ao posicionamento do/da docente/mediador/a, limita a análise deste fato, contudo a docente entrevistada na pesquisa para os docentes, professora Ivonice da Silva Muniz contrapôs tal atitude vergonhosa ao dizer:

[...] porque muita coisa que é ensinada na escola ao invés de melhorar o tratamento dispensado aos negros e indígenas, por vezes contribui para manutenção da prática de racismo. Por vezes contribui para manutenção da prática de racismo. Gosto de trabalhar com abordagens que destacam a etnia dos povos africanos que foram trazidos para o Brasil e dos indígenas que viviam aqui antes deles e portugueses chegarem. Procuro sempre atrelar a conversa às imagens do livro didático para alavancar a conversa. (entrevista realizada via WhatsApp em 13/06/2022)

Ao lidar desta forma com as questões que são introduzidas a partir da temática proposta ou emergem durante a aulas com temáticas alheias a possíveis controvérsias, a professora Ivonice demonstra ter a mesma disposição de Álamo Pimentel, (2014) em sua obra *A Atitude Etnográfica na Sala de Aula- descolonizando*

¹² https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

os processos de ensino, onde cita que

Em linhas gerais o que proponho é que a atitude etnográfica seja compreendida como postura de ligação e abertura às transformações recíprocas que incidem na formação dos educadores e das educadoras e geram novas formas de ensinar-aprender no contexto das instituições, sobretudo no que diz respeito à sua participação nos conflitos socioculturais do mundo contemporâneo. (p.53)

Sensível/controversa

A coordenadora do PIBID tratava os bolsistas pobres e negros de forma diferente, em atitudes paternalistas, dizendo que precisavam da bolsa mais que os demais, etc., a ponto de apelidarmos ela de "Professora Morello", uma personagem do seriado Todo Mundo Odeia o Chris que agia de forma racista paternalista com o Chris, sempre tentando ajuda-lo de alguma forma por ele 'negro, favelado, pobre, de família desestruturada', etc. Mas a forma que ela agia era sempre em formato de micro racismos, que todos percebíamos, ao ponto de falarmos disso entre nós. E completou: [...] senti desconforto tendo em vista a falta de empatia praticada por aqueles que exercem uma posição estratégica numa instituição formativa. (respondeu Tarcísio Henrique Souza Sant'Ana, discente da UFBA.

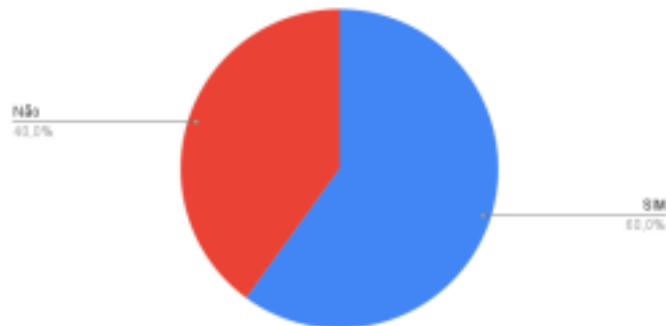
A experiência acima explicitada, caracteriza uma situação extremamente sensível, considerando a crassa falta de empatia demonstrada pela professora por imputar aos estudantes negros e pobres a condição de necessitado; porém esquecendo-se que na linha da pobreza brasileira também existem os "brancos". Agora apontando a controvérsia na fala da professora, nos perguntemos: Para quem foi criado o projeto de bolsas em suas muitas especificidades? Foi para os estudantes que se sobressaem nos estudos ou para os em situação privilegiada? Ao finalizar seu comentário, o discente demonstra ter sentido uma grande decepção.

Em outro contexto também controverso, observemos a mesma atitude por parte dos docentes formadores nas (IES):

Uma professora disse que alguém que conclui o mestrado não poderia morar no bairro da própria universidade, pois seria um atraso. Mas fora esse caso e outros isolados, as experiências de aprendizado e formação com os docentes são das melhores!". Disse Eziquel de Almeida Santos, graduando do curso de história da UEFS. Ao elaborar uma consideração sobre a atitude da docente, concluiu: "Foi uma contradição, pois a maioria dos estudantes são de periferia ou povoados. Logo, o bairro da universidade seria considerado até classe média, comparado com a realidade de subúrbio

O gráfico a seguir corrobora o crescente número dos que vivenciam a controvérsia entre o discurso e a prática docente.

Presenciou situação SENSÍVEL/EMOTIVA E/OU CONTROVERSA durante o seu ESTÁGIO?



No ínterim, incluo nessa discussão a temática gênero, especificamente as mulheres; este tema pouco apareceu em todos os resultados das pesquisas aqui mostrados. Contudo há uma experiência citada na pesquisa (PIBIC) que nos dá o que pensar: “Professoras sendo descredibilizadas por serem mulheres” (discente não autorizou informe de identidade, instituição UFBA)

A experiência citada revela que as situações sensíveis e controversas perpassam o círculo estudantil, que aparecem e por vezes são criadas para ofuscar a produção de conhecimento de professoras comprometidas com o fazer educação de qualidade. Pensemos no que destacou Gabriela Lopes Batista ao produzir um estudo sobre mulheres

[...]Entretanto, no limite das universidades, nesse primeiro momento, os estudos sobre as mulheres eram vistos com desconfiança por grande parte dos historiadores, constituindo-se, na prática, como uma ramificação inserida na história geral, tarefa quase exclusiva das pesquisadoras, cujo estudo sobre seu próprio sexo era geralmente marginalizado. (Costa. 2003, n.p., *apud* Batista,20)

Com essa realidade surgem algumas questões. Os professores não aprofundam um tema sensível em sala por que não têm empatia, são apáticos aos problemas que emergem em sala de aula, ou por que não dominam os saberes necessários para abordá-los? Se eles não dominam, podemos chegar à conclusão de que o problema é mais profundo porque não se trata apenas de racismo, machismo do professor/a, trata-se de uma questão de formação que está permeada pelo machismo e racismo estrutural.

Neste sentido, abordar os saberes para ensinar assume a mesma importância que os saberes a ensinar (conhecimentos do currículo).

Flávia Caimi (2015, p. 112) nos ensinou que o primeiro pressuposto para ensinar História deve ser dominar os saberes a ensinar. No entanto, ela nos lembra que:

Quando referimos os saberes a ensinar, não nos restringimos ao domínio dos conteúdos convencionais da História, daqueles que são apresentados como canônicos nos livros didáticos de História. Todo professor de História, para poder ensinar, deve antes que nada, saber História. Para superar a escola vazia de conhecimentos significativos é necessário que os docentes alcancem um domínio complexo daqueles conteúdos que têm de ensinar, sob pena de se limitarem ao domínio da forma sem conteúdo.

Esta crítica é ratificada pela professora Idalina¹³, que comentou a questão: Na sua opinião, como assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade devem ser tratados na universidade?

Acho que a primeira coisa a se pensar é que não necessariamente temas sensíveis à sociedade, podem ser sensíveis aos estudantes, obviamente há uma grande probabilidade que sejam. Em todo caso, a identificação dessas subjetividades é o primeiro passo para quais sentidos estão sendo construídos pelos estudantes acerca de determinados temas. Tomando por base esse “diagnóstico”, penso que tais assuntos devam ser abordados na universidade ancorados junto aos saberes das disciplinas, levando em consideração que enquanto professores, somos munidos de referenciais políticos sociais para a forma como determinados conteúdos serão abordados. Nesse sentido, isso, por outro lado, reflete muito o tipo de professores que somos e formamos (Questionário por e-mail, em 27/02/2023).

Nota-se, nesse sentido, que os saberes a ensinar extrapolam substancialmente o conhecimento a respeito dos conteúdos dispostos no currículo da disciplina escolar de História. Segundo Flávia Caimi (2015, p. 114), eles podem ser assim elencados:

1. Conhecer o valor epistemológico do que se ensina e por que se ensina de tal modo;
2. Explicitar a corrente historiográfica a partir da qual se trabalha;
3. Fundamentar a seleção e a organização dos conteúdos para a utilização de determinadas metodologias e não outras;
4. Dar lugar a diferentes interpretações, cotejar distintas ou divergentes versões e situá-las nos debates historiográficos contemporâneos;
5. Contemplar os conceitos estruturantes próprios da disciplina, dentre os quais: tempo histórico, sujeito histórico, fontes, causalidade/multicausalidade, empatia, passado, memória, história; e
6. Refletir sobre a responsabilidade social e o compromisso ético-

¹³ Idalina Maria Almeida de Freitas- doutora em História pela e professora da UNILAB-Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

político do que se ensina, problematizando sobre o sentido e a utilidade do conhecimento histórico escolar.

Já em relação aos saberes para ensinar, eles vão além, ainda de acordo com Flávia Caimi (Idem):

da apropriação, pelo professor, de conhecimentos pedagógicos que lhe permita mobilizar estratégias e recursos que transformem os conhecimentos científicos em 'saberes escolares ensináveis', em conhecimentos válidos socialmente, pertinentes às características e finalidades da escola nas sociedades contemporâneas e que produzam sentido àqueles/naqueles que são os aprendentes.

Os saberes para ensinar passam ainda por uma complexa rede de "interveniências" em que entram em cena distintos atores sociais; entre estes, gestores educacionais, mercado editorial, professores, famílias, estudantes; induzindo o professor/a construir-se diariamente. Essa movimentação é efetivada quando o/a profissional corajosamente começa a abandonar os moldes antigos e ultrapassados e se amolda aos novos (ALMEIDA, 2007) Elencados aos processos da aprendizagem do ensinar história, há ainda os saberes do aprender. Estes reúnem objetivos estratégicos que parecem terem sido formulados para os estudantes da educação básica; no entanto, ao lembrarmos especialmente, que a prática docente historiadora têm uma melhor efetivação de resultados positivos a partir do espelhamento nas tendências progressista libertária e crítico-social dos conteúdos (Freire, 1987), tais objetivos dos saberes do aprender precisam ser pensados/atingidos pelos docentes antes da consecução da prática pedagógica. Entre os listados estão: analisar com profundidade as possibilidades e dificuldades que se apresentam nos processos de construção do conhecimento histórico, assumir posição de professor(a)/investigador(a) da própria prática, adotar estratégias que possibilitem transformar os acontecimentos contemporâneos e aqueles do passado em problemas históricos a serem investigados e, identificar de modo significativo, as relações entre as experiências atuais dos jovens e as de outros sujeitos em tempos, lugares e culturas diversas das tuas.

Pautados nestes saberes, ao analisar os demais comentários dos licenciandos e licenciandas foi possível observar que há um apelo de que as produções desenvolvidas na (IES) que tratam de questões que já trazem uma carga a mais de sensibilidade e controvérsia sejam trazidas para o cerne da sala de aula; o que, pela

força da prática docente começará a criar um arcabouço de possibilidades metodológicas fundamentadas em práticas empáticas e racionalizadas que tornarão suas ações como docentes efetivadas num modelo de educação que tira o/a professor/a do gabinete e o os faz atuar também a partir dos saberes pedagógicos elencados por Pimenta, (2008), a saber: trabalho docente/processos sociais e processos educacionais/diagnóstico social, cultural e ambiental/reformulação da educação a partir das transformações da sociedade. os processos sociais, processos educacionais. Sem menos apelo, e de maneira subjetiva os docentes entrevistados também demonstraram em suas respostas que embora haja vários pressupostos que geram muitos desafios a serem sobrepujados, há campo para continuar determinados a manter vivo os saberes docentes e a desenvolver o papel de professor/a pesquisador/a. Por vezes seus anseios estão expressos subjetivamente, porém no contexto geral demonstram disposição para inovar ou fazer educação. Atenemos para as expressões sobre o tema mais recorrente nas entrevistas¹⁴ entre os diversos considerados sensíveis e/ou controversos:

Racismo e aplicabilidade da Lei 11645/2008):

Percebo que não há consenso entre o que se trabalha e o que precisa ser trabalhado sobre esta temática nas escolas.... Daí coloco como alguns obstáculos a relação ainda espaçada entre o que ensina nas universidades e o que se exige nas Secretarias de Educação, seja no município ou Estado como 'aproveitável', os vícios do funcionalismo público, a falta de aplicação de políticas públicas que permitem um acesso a um sistema tecnológico de qualidade, no meu caso, como trabalho na rede privada, incluo as exigências do cumprimento de conteúdo (Professora Josimara Casaes, Rede Privada de Ensino/Candeias-BA)

Exatamente isto; o fato de ser um assunto que gera contradições; e há pouca formação profissional que treine o professor/a para lidar com esta temática em datas fora do 13 de maio e 20 de novembro. (Professora Lúcia Cristina Moreira Lima, Rede Municipal de Ensino/Candeias-BA)

O que vejo é uma preocupação apenas falar em datas específicas que o negro foi escravizado, que joga capoeira, que precisa valorizar a cultura e etc., nada diferente. (Ivonicé Silva Muniz, professora da Rede M. de Ensino/Salvador-BA)

Na Unilab onde trabalho uma vez que temos um corpo docente em grande maioria oriundo de grupos sociais com histórias sensíveis, a abordagem de tais temas fica na ordem do dia. Nesse sentido, os caminhos já são traçados previamente pelo currículo da instituição. Acredito que a configuração do corpo docente, mesmo não

¹⁴ Entrevistas estão dispostas nos apêndices.

sendo na proporção dos estudantes, do ponto de vista racial, esteja alinhada com tais aspectos da luta antirracista. (Idalina Maria Freitas de Almeida, professora de ensino superior/Unilab-BA)

O fato de grande parte da população brasileira ter o direito de conhecer a própria história através de perspectivas diferentes somente a partir de 2008, por meio de uma lei, ajuda a entender sua relevância. Apesar de tornar o estudo obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a lei não tornou o ensino da História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições que formaram estes profissionais. Com isso, foram conservadas as concepções eurocêntrica e os problemas raciais derivados desta concepção. O ambiente escolar ainda é marcado por projetos que não são realizados em grupo. (Alan Costa Cerqueira, professor da Rede Municipal/S. Francisco do Conde-BA)

Tem muitos desafios, um deles é que nossas formações, embora bem elaboradas, cai no mesmo hábito de serem desenvolvidas na sua maioria, a partir de datas comemorativas; implicando em apenas lembrar dos índios em 19 de abril e os negros nas datas de 13 de maio, em que nesta se traz à tona as 'correntes', 'grilhões', e a 'figura da princesa Isabel como heroína salvadora' e no 20 de novembro, outro período letivo em se dá enfoque à África, não ao continente com seus países, mas apenas à diversidade de animais, a capoeira, ao destaque de intelectuais negros, e pronto: "está estabelecida uma consciência negra", a partir do ponto de vista de alguns. (Márcia Campos dos Santos Carvalho, professora da Educação Básica anos iniciais em comunidades pesqueiras)

Falta de orientação das coordenações nas escolas e muitas vezes falta de preparo do professor, porque pode-se introduzir esta temática em qualquer conteúdo trabalhado, já que se tratando de afrodescendentes e indígenas o que não falta é assunto pra agregar; culinária, cultura em geral, lutas de resistência contra as dominações. (Hélio Pereira, professor Rede M. de Ensino/Candeias)

As leis 10639/2003 e 11645/2008 foram editadas já há mais de uma década uma delas a primeira caminhando para segunda década de 19 anos ao longo desse período muitas pesquisas foram realizadas pesquisas que são apropriadas para professores em sala de aula; já tem material didático de alguma forma produzido em larga escala nas Universidades vem cumprindo seu papel, infelizmente ainda há resistência dentro de algumas instituições de ensino, de alguns professores em particular ou de alguns gestores escolares que não implementam de forma correta essas leis nas escolas. Eu acho que falta vontade política... e também nós estamos, particularmente alguns profissionais que tem algumas resistências[...]. (Jair Cardoso dos Santos, historiador e professor da Rede Estadual de Ensino)

Muitas vezes o que impede a abordagens desse tema sensíveis em sala de aula, são falta de preparo do docente ou até mesmo resistência da gestão. (professora formada pela Unilab/Malês/BA)

Ao fazer uma análise geral das respostas à 3ª pergunta do questionário: "A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação

desta temática ao longo do ano letivo?” Os comentários expostos acima, revelaram que embora a prática do racismo em todas as suas faces tenha se tornando comum, é preciso comprometimento entre os responsáveis pela efetivação do ensino em cada ambiente escolar. Entretanto, como salientou um dos entrevistados: “[...] eu acho que falta vontade política... e também nós estamos, particularmente alguns profissionais que tem algumas resistências [...] (professor Jair Cardoso dos Santos). A breve reflexão neste apanhado de comentários, demonstra quão imprescindível é para professores, professoras e nós futuros educadores e educadoras que comecemos a realizar mudanças urgentes em nosso modo de pensar e agir como formadores de opinião se quisermos desenvolver uma educação inclusiva e antirracista.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer os caminhos estabelecidos para a investigação proposta neste trabalho, foi possível trazer relevantes informações sobre os desafios que impactam no ensino aprendizagem de história; especialmente no que tange à implementação da Lei 10639/2003 e a Lei 11645/2008 tanto na educação básica como no ensino superior.

Ante o exposto, apresento os resultados desta busca inicialmente trazendo à atenção alguns motivos pelos quais professores e professoras não conseguem conduzir, não aceitam as possibilidades de interação ou, pouco avançam nos diálogos em sala de aula ao trabalhar com temas que já carregam o estigma de serem sensíveis e/ou controversos. Alguns destes são: 1) porque mexem com a intimidade dos envolvidos, inclusive a deles, causando-lhes muitas emoções tais como, constrangimento e raiva; 2) transformam os diálogos em discussões acirradas que, em sua maioria produzem resultados nada positivos; e, 3) não são permitidos pelos canais gestores, sejam a gestão da unidade escolar ou as gestões das secretarias municipais ou estaduais de educação; limitando o poder de ação de docentes que corajosamente resistem à um modelo de educação pautado no autoritarismo.

Neste contexto o desenvolvimento ou aplicação de abordagens, metodológicas que viabilizem a construção de diálogos empáticos ao se trabalhar com temas considerados quentes ou sensíveis perdem a fluidez por não haver motivações.

Entretanto foi possível perceber nas narrativas dos profissionais entrevistados, que em virtude da atual conjuntura político social e do enfoque que se tem dado às questões de cunho sensível e/ou controversa, especialmente às ligadas ao racismo, que há espaço para introduzir mudanças significativas nas práticas para conduzir temas difíceis trazidos na subjetividade do planejamento ou que emergem durante a aula. Ademais, a breve análise no entorno das questões sensíveis e/ou controvérsias apresentadas neste trabalho, evidenciou que os diálogos são de longe inesgotáveis; e, que na contemporaneidade, os espaços educacionais continuam sendo um dos ambientes que exercem grande influência como mediadores nas relações entre indivíduos e sociedade ao transmitir a cultura e com ela os modelos sociais. Evidenciou-se que a escola é a instituição contemporânea mais apropriada para intermediar as relações inerentes ao ser humano; isto porque depois da instituição familiar, é a única que mantém uma relação mais identitária nas relações

entre indivíduos. Mas, como corroborar esta tese, tendo em vista que esta instituição está a cada década mais frágil? Como restabelecer a posição e valor da escola frente aos desafios que lhe são impostos na sociedade atual? Sendo a sala de aula o cerne de discussões que ainda influenciam o ensino/aprendizagem, encontrei nos artigos analisados algo em comum: o desejo sincero de muitos professores e pesquisadores ante aos muitos desafios da docência; estes profissionais ante à condição sucateada das escolas, conseguem enxergar algo vivo, personagens pelos quais muitos destes profissionais se dedicam, vocês estudantes!

Adequar a prática à necessidade de ensino que a sociedade atual exige, requer uma postura que ultrapasse o domínio específico do conhecimento, porém que não se adequa completamente a um sistema padronizado, mas, que permita a fusão entre o profissional e o humano; proporcionando uma formação que atue sob a ótica de que o educando é de fato o personagem principal.

Também foi possível no decorrer desta pesquisa, demonstrar ainda que parcialmente, como as problemáticas envolvendo o ensino e aprendizagem dos assuntos enquadrados enquanto sensíveis e/ou controversos são complexos, ainda mais quando esses estão relacionados com a prática do racismo. Implicando na necessidade dos cursos de Licenciatura em História dedicarem uma maior atenção a essa questão. É preciso oportunizar aos estudantes em formação que além dos momentos em que entram em contato com a Historiografia que aborda assuntos sensíveis, também experienciam situações metodológicas que os possibilitem aprender metodologicamente como ensinar esses assuntos no ambiente de ensino, especialmente na Educação Básica. Tais situações práticas precisam estar imbricadas em todo contexto curricular da licenciatura; o que propiciará aos estudantes, entrar em contato com metodologias e abordagens de ensino que os permitam desenvolver em sala de aula práticas inovadoras e empáticas, que permitam aproximar o passado ao cotidiano dos estudantes, mesmo quando o assunto requer competências emocionais que, nos dias atuais, são ainda mais prementes. Também foi evidenciado a partir dos estudos bibliográficos, um crescente apelo para o desenvolvimento de acordos entre gestão/coordenação/docência que aliado à algumas diretrizes de competência e habilidades possam nutrir um ensino/aprendizagem de história que inclua nas páginas da história a importância do papel de todos os indivíduos na sociedade.

Em suma, concluo o discurso ora apresentado dizendo o quão motivador foi

enveredar pelos caminhos das questões sensíveis e controversas no ensino aprendizagem de história, e perceber que há grandes possibilidades de através das muitas práticas metodológicas apresentadas e outras a serem desenvolvidas pelos docentes e futuros docentes, além dos comentários trazidos na subjetividade pelos educadores entrevistados, ver o reacender dos ideais educacionais entre a classe docente.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. O professor de história e o ensino de questões sensíveis e controversas. Palestra proferida no *IV Colóquio Nacional História Cultural e Sensibilidades*, realizado no Centro de Ensino Superior do Seridó (Ceres) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em Caicó (RN), de 17 a 21 de novembro de 2014.

A SCHÈME – Revista de Psicologia e Epistemologia Genéticas apresenta para a comunidade acadêmica filosófica mais uma edição, o Volume 14, Número 02 (2022).

BATISTA, Gabriela Lopes. *Desenvolvimento de planos de aula com temas sensíveis: Mulheres e violações dos Direitos Humanos no Brasil e em Timor-Leste*. TCC Especialização Gênero e Diversidade na Escola, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BNCC-basenacionalcomum.mec.gov.br

BRASÍLIA, 22 de julho de 1997; 176º da Independência e 109º da República
Publicação: *Diário Oficial da União - Seção 1 - 23/7/1997*, Página 15824 (Publicação Original) Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9475.htm

CAIMI, Flávia E. A aprendizagem profissional do professor de História: desafios da formação inicial. *Fronteiras: Revista de História*, v. 11, p. 27-42, 2009.

CAIMI, Flávia E. O que precisa saber um professor de história? *História & Ensino*, v. 21, p. 105-124, 2015.

CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. Introdução: percursos das pesquisas em educação histórica: Brasil e Portugal. In: CAINELLI, Marlene; SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *Educação histórica: teoria e pesquisa*. Ijuí: Unijuí, 2011. p. 9-17. SCHMIDT, M.A.; CAINELLI, M. Ensinar história. São Paulo: Scipione, 2000

CARMEM Zeli de Vargas; ANDRADE, Juliana Alves de Andrade e BALESTRA, Juliana Pirola. Entrevista com Vera Carnovale. A dor do outro como tema nas aulas de História, *Revista História Hoje*, v. 7, no 13, p. 179-203, 2018.

CERRI, L. F. O historiador na reflexão didática. *História & Ensino*, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 27-47, 2013.

ESTRADA, R. J. S.; ALMEIDA, M. I. R. A eficiência e a eficácia da Gestão Estratégica: do Planejamento Estratégico à Mudança Organizacional. *Revista de Ciências da Administração*, v. 9, n. 19, p. 147-178, 2007.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa* 3 Curitiba: Editora Positivo, 2004, 2120 p.

FREIRE, P. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *Superando o racismo na escola*, v. 2, p. 143-154, 2005

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. 2013. Editora UFP

GRUTZMANN, T. P. Saberes docentes: um estudo a partir de Tardif e Borges. *Revista Temas em Educação*, [S. l.], v. 28, n. 3, 2019

HANSON, Rick; HANSON, Forrest. *O poder da resiliência: princípios da neurociência para desenvolver uma fonte de calma, força e felicidade em sua vida*. Sextante, 2019.

LUCINDO, William Robson Soares. A Escravidão em sala de aula: a desvitimização de cativos como humanização das populações de origem africana, *Revista Ágora*, Vitória, n.12, p. 1-18, 2011.

OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO- <http://ole.uff.br/>
Oriá, R. (2011). O NEGRO NA HISTORIOGRAFIA DIDÁTICA: IMAGENS, IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES. *T.E.X.T.O.S DE H.I.S.T.Ó.R.I.A. Revista Do Programa De Pós-graduação Em História Da UnB.*, 4(2), 154–165. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/textos/article/view/27748>

ORTIZ, Renato. Walter Benjamin e Paris - individualidade e trabalho intelectual. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 12(1): 11-28, maio de 2000.

Parecer CNE/CEB nº 14/2015, aprovado em 11 de novembro de 2015 – Diretrizes Operacionais para a implementação da história e das culturas dos povos indígenas na Educação Básica, em decorrência da Lei nº 11.645/2008.

PEREIRA, Nilton; SEFFNER, Fernando. Ensino de História: passados vivos e educação em questões sensíveis. *Revista História Hoje*, v. 7, nº 13, p. 14-33 – 2018.

PIMENTEL, Á. A. Atitude etnográfica na sala de aula. *Revista de Estudos Antiutilitaristas e Poscoloniais*, Recife, v. 4, n. 2, p. 49-72, 2014.

Programa RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA- Caderno de Formação Vol. 2
Aproximações iniciais com o PRP - Subprojeto - História - Bahia

TOLEDO, Cláudia Mansani Queda de. Direito à liberdade de cátedra. *Enciclopédia jurídica da PUC-SP*. Celso Fernandes Campilongo, Alvaro de Azevedo Gonzaga e André Luiz Freire (coords.). Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. Vidal Serrano Nunes Jr., Maurício Zockun, Carolina Zancaner Zockun, André Luiz Freire (coord. de tomo). 2. ed. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2021. Disponível

em: <https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/102/edicao-2/direito-a-liberdade-de-cat-edra>

VIEIRA, Fabio Amorim; SILVA, Mariana Heck. Alguns Pressupostos para o ensino de Histórias das Áfricas. In: SOUZA, Fábio Feltrin de; MORTARI, Claudia (Org.). *Histórias africanas e afro-brasileiras: ensino, questões e perspectivas*. Tubarão, Sc: Copiart, 2016. p. 93-112.

<https://www.ittc.org.br/racismo-e-migracao-no-brasil/>

<https://www.youtube.com/live/TvL680fdhIk?feature=share>

APÊNDICES

APÊNDICE- A



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. O Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em, voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos. Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa: Josimara Caliane C. Santos dos Santos Assinatura do Participante da pesquisa:

Josimara Caliane C. Santos dos Santos

Eu, Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante

Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão

Assinatura da Estudante Pesquisadora

São Francisco do Conde, 26 junho de 2021

Roteiro de Entrevista Prof. (a) Educação Básica/Anos finais

APÊNDICE- B

Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA

NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Josimara Caliane C. Santos dos Santos

Formação: Prof.^a de História/Educação Básica Anos Finais II Ciclo da Rede privada

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história? Por favor elenque alguns.

Resp.: vejo como os assuntos que invadem a intimidade das pessoas em geral; e a escola se coloca como um palco onde a exposição de assuntos como gênero, sexualidade, racismo e religião, se não mediados com perspicácia, podem gerar um ambiente controverso e denso.

2. Na sua opinião, assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na escola? Se positivo, quais destes geram mais desconforto? Resp.: Sim, porém com muito critério; pois já se diz, são questões sensíveis. religião e sexualidade; porque são temas que têm gerado nos últimos anos muita controvérsia, a exemplo da sexualidade que em sua trajetória tem causado danos morais e psicológicos. Principalmente na escola. Lembro muito bem do problema que aconteceu com um professor numa escola de Educação Básica, onde ele aliciava os estudantes em troca de melhoria nas notas das avaliações.

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo? Resp. Percebo que não há consenso entre o que se trabalha e o que precisa ser trabalhado sobre esta temática nas escolas. As reviravoltas sociais ligadas a estas temáticas demonstram que há um apelo gritante das massas de gente para que revejam todas as formas utilizadas até nossos dias sobre como lidamos com estas questões. Daí coloco como alguns obstáculos a relação ainda espaçada entre o que ensina nas universidades e o que se exige nas Secretarias de Educação, seja no município ou Estado como 'aproveitável', os vícios do funcionalismo público, a falta de aplicação de políticas públicas que permitem um acesso a um sistema tecnológico de qualidade, no meu caso, como trabalho na rede privada, incluo as exigências do cumprimento de conteúdo,

4. **Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.**

Sim. Pensar a educação a partir de uma perspectiva crítica e reflexiva, auxilia no processo de constituição humana – desde a Educação Infantil até o Ensino Superior (por toda vida), de uma educação pautada na cidadania com vistas à democracia. A Escola cumpre a sua função social e política não somente na escolha da metodologia eficaz para o compartilhamento dos conhecimentos historicamente acumulados ou no preparo das novas gerações para serem inseridas no mercado de trabalho e/ou serem aprovadas no vestibular. Quando a escola conseguir superar essa visão, compreenderá que a racionalidade científica é importante para os processos formativos e informativos, porém, ela não modifica por si só o imaginário e as representações coletivas negativas que se construíram sobre os ditos "diferentes" em nossa sociedade. É a reflexão que oportuniza que o estudante desenvolva a consciência crítica, a consciência de que ele pode intervir e de que possui a capacidade de participar na transformação das relações que julguem necessárias. Mais ainda, a consciência crítica possibilita que o estudante perceba o caráter histórico, cultural, dialógico das relações sociais e de suas relações com a sociedade, condição essencial para uma participação mais ativa e transformadora na sociedade.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na escola numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Resp. Infelizmente, não observo ações efetivas que desconstroem o sistema bem estruturado de racismo. Como vamos desenvolver práticas pedagógicas em outras ocasiões senão o 13 de maio e o 20 de novembro? É desafiador, pois o Estado e as instituições educacionais, em geral, dizem o que o sistema eurocêntrico quer ouvir. Isso mantém os opressores racistas no pleno exercício do seu papel: o de excluir.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas?

Resp. Sendo a Escola um espaço de ensino/aprendizagem também para nós professores, procuro estabelecer um diálogo pautado no respeito à opinião dos colegas professores/as e coordenação; tento harmonizar minha opinião às deles/as. Porém, quando não há consenso, sem prejuízo para o todo, sob autorização e dentro do que é possível, tento adaptar a temática às necessidades de meus estudantes. Para isso é imprescindível que sejam realizadas formações, rodas de conversas, apresentação de vídeos temáticos, junto a equipe pedagógica, para ampliar o campo de visão acerca de temas e/ou ações, no que tange a relevância de determinado projeto, que possam contribuir para o crescimento e evolução do campo de conhecimento de todos os membros da comunidade escolar. Para que todos possam compreender que ao serem implementados – projetos relevantes – podem contribuir nos processos de valorização do outro, do respeito às diferenças culturais e

consequentemente mostrar a conjunto de diferentes etnias, que há espaços para todas, sem que uma necessariamente se mostre superior à outra.

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravidão africano e genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras? Resp.: Sim, porque ao esclarecer a quais infortúnios os africanos e indígenas foram sentenciados durante a Colonização, os poderão refletir como nossas ações afetam os descendentes destes grupos na atualidade. Considero a abordagem que se utiliza da roda dialógica bem apropriada, pois por meio desta, consigo analisar com perspicácia o que dizem nas entrelinhas as respostas dos estudantes em discussões ligadas a questões sociais, em que cerca 80% é negra e por extensão, é pobre. Utilizo também a metodologia Aprendizagem baseada em problemas (ABP) ou Problem-Based Learning (PBL) é bem interessante, pois é possível apresentar o problema, por exemplo, através de uma leitura, e problematizar junto os estudantes, aspectos relevantes do tema em voga e seus conhecimentos prévios a respeito do assunto. A exemplo de problematizar a questão: quais funções exerciam as mulheres antes de serem trazidas de várias partes da África para serem escravizadas. Ao levantar hipóteses, permitimos que se inicie um processo de construção de uma realidade escondida por séculos, ao ensinarem a ideia de que os africanos eram comparados a animais.

8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra?

Resp.: Gosto da ideia da elaboração de plano de curso realizada a partir de pesquisas sociais midiáticas pautadas ao longo do ano letivo anterior que estiveram atreladas à estas temáticas- se apresentaram um resultado positivo ou não ao final de cada unidade- tal análise devendo ser realizada durante o ano letivo em curso. E para finalização do plano, no início do ano letivo a ser cursado, realização de consulta aberta em cada turma, agrupada por ano, sobre como os estudantes gostariam, dentro do contexto de ensino, estudar tais questões.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), **TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA**. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores/as lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa:

LUCIA CRISTINA MOREIRA LIMA

Assinatura do Participante da pesquisa:

Lúcia Cristina Moreira Lima

Eu, **Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão**, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.

Assinatura da Estudante Pesquisadora:

Katia C. de J. de O. da Paixão



Roteiro de Entrevista Prof. (a) Educação Básica

Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: **TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA** com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Lúcia Cristina Moreira Lima
Educação Básica/Anos finais

Formação: Prof.^a de História da

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história. Por favor, elenque alguns.

Resp.: São as questões que mexem com as emoções do estudante e causam discussões acaloradas. A discriminação racial de afrodescendentes e indígenas, mulheres, desigualdade social.

2- Na sua opinião, assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na escola? Se positivo, quais destes geram mais desconforto? Resp.: Sim, porém com muito critério; pois são, como já se diz, questões sensíveis. E no período dos anos iniciais do segundo ciclo da educação básica, fase dos 11-14 anos de idade, estes assuntos podem gerar sérias controvérsias junto à família.

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

Resp.: Exatamente isto; o fato de ser um assunto que gera contradições; e há pouca formação profissional que treine o professor/a para lidar com esta temática em datas fora do 13 de Maio e 20 de Novembro.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Resp.: Sim. Porque é preciso desenvolver um ensino/aprendizagem que esclareça as informações que foram e ainda são ocultadas ao longo da história

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na escola numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Resp.: Sinto falta de um olhar para a valorização e reconhecimento da importância da cultura negra na formação da criança ou jovem, a qual muitas vezes não é trabalhada de forma positiva no contexto escolar e por vezes invisibilizada. Especialmente àquele estudante que, além de ser negro, talvez possua alguma deficiência intelectual ou física.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas? Res.: Não é nada fácil desenvolver atividades interdisciplinares, porque trata questões relacionadas a grupos que são a todo tempo

inviabilizados. Você pode analisar pela questão do índio, todo tempo, tendo que lutar pelo direito da terra, o direito de manter sua cultura viva.

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravidão africano e genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras?

Resp.: Sim, porque, é na escola que encontramos a maior diversidade de grupos sociais, o que possibilita, de acordo o trabalho do professor/a, a construção de um

aprendizado pautado no entendimento sobre realístico dos fatos ocorridos naquele tempo. Considero a abordagem que se utiliza da roda dialógica bem apropriada, pois por meio desta, consigo analisar com perspicácia o que dizem nas entrelinhas as respostas dos estudantes em discussões ligadas a questões sociais, em que cerca 80% é negra e por extensão, é pobre. Utilizo também a metodologia Aprendizagem baseada em problemas (ABP) ou Problem-Based Learning (PBL) é bem interessante, pois é possível apresentar o problema por exemplo através de uma leitura, e problematizar junto os estudantes, aspectos relevantes do tema em voga e seus conhecimentos prévios a respeito do assunto. A exemplo de problematizar a questão: Quais funções exerciam as mulheres antes de serem trazidas de várias partes da África para serem escravizadas. Ao levantar hipóteses, permitimos que se inicie um processo de construção de uma realidade que fora escondida por séculos, ao ensinarem a ideia de que os africanos eram comparados a animais.

8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Consciência Negra?

Resp.: A formação do povo brasileiro é majoritariamente de pessoas negras; que, arrancadas de suas terras, ajudaram a construir o que hoje chamamos de Brasil. Então, acredito que cabe, na maioria das temáticas, contextualizar o papel do africano e afrodescendente e não apenas em tais datas específicas; como se estas fossem compensar o crime de racismo existente até nossos dias brasileiros ao longo do ano letivo.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. Dr. Igor

Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em, voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos. Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa: Ivonice Silva Muniz Assinatura do Participante da pesquisa:

Ivonice Silva Muniz

Eu, Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, declaro que forneci todas as informações

Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão

São Francisco do Conde, 12 junho de 2022



Roteiro de Entrevista Prof. (a) Educação Básica

Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: IVONICE SILVA MUNIZ

Formação: Licencianda em Pedagogia com atuação como prof.^a substituta em outros componentes curriculares, inclusive o de História

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história. Por favor, elenque alguns.

Resp.: São as questões que mexem com o eu do estudante e também são polêmicas. Ah! Considero o racismo como a mais forte, porque maltrata a memória de quem sofreu e contradiz tudo o que aconteceu na época da escravidão. Também tem o nazismo, a perseguição aos índios.

2. Na sua opinião, assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na escola? Se positivo, quais destes geram mais desconforto?

Resp. Não sei responder; porque considero que alguns assuntos devem ser ensinados pela família e outros pela escola. Porém, o assunto sexualidade gera muito desconforto. 3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

Resp.: Exatamente isto; o fato de ser um assunto que gera contradições; e há pouca formação profissional que treine o professor/a para lidar com esta temática em datas fora do 13 de Maio e 20 de Novembro.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Resp.: Sim. Porque é preciso desenvolver um ensino/aprendizagem que esclareça as informações que foram e ainda são ocultadas ao longo da história.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na escola numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Resp.: Sinto falta de um olhar para a valorização e reconhecimento da importância da cultura negra na formação da criança ou jovem, a qual muitas vezes não é trabalhada de forma positiva no contexto escolar e por vezes invisibilizada. Especialmente àquele estudante que, além de ser negro, talvez possua alguma deficiência intelectual ou física.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas

Res.: Não é nada fácil desenvolver atividades interdisciplinares, porque trata questões relacionadas a grupos que são a todo tempo invisibilizados. Você pode analisar pela questão do índio, todo tempo, tendo que lutar pelo direito da terra, o direito de manter sua cultura viva. Geralmente, cedo aos anseios por um trabalho mais cômodo e termina caindo no engano de considerar suficiente trabalhar esta temática apenas em suas datas comemorativas.

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravidão africano e genocídio indígena o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que

quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras?

Resp.: Acredito que sim; porque muita coisa que é ensinada na escola, ao invés de melhorar o tratamento dispensado aos negros e indígenas, por vezes contribui para manutenção da prática de racismo. Gosto de trabalhar com abordagens que destacam a etnia dos povos africanos que foram trazidos para o Brasil e dos indígenas que viviam aqui antes deles e portugueses chegarem. Procuo sempre atrelar a conversa às imagens do livro didático para alavancar a conversa.

8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Consciência Negra?

Resp. Pode introduzir nos temas definidos para cada unidade temática as contribuições dos povos que formaram inicialmente o Brasil, com destaque para a população africana de acordo a habilidade que se quer desenvolver e a competência que deve atingir,



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em, voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa:

Idalina Maria Almeida de Freitas

Assinatura do Participante da pesquisa:

Eu, Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.

Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão

Assinatura da Estudante Pesquisadora

São Francisco do Conde, 27 de fevereiro de 2023

Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Idalina Maria Freitas de Almeida

Formação: Doutora em História

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história? Por favor, elenque alguns.

Penso que são por si só temas que podem causar certa comoção em sua abordagem, devido a sua especificidade, como, por exemplo: a violação dos direitos humanos. No Brasil alguns temas seguem a história pela busca de legitimidade de grupos, sobretudo de suas identidades, memórias e histórias. Ou seja, embora sejam temas que incorrem em uma violência sistêmica, precisam ser trabalhados, justamente para que a perspectiva desses grupos possa ser vista, suas agências, conquistas, etc.

2. Na sua opinião, como assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na universidade? Acho que a primeira coisa a se pensar é que não necessariamente temas sensíveis a sociedade, podem ser sensíveis aos estudantes, obviamente há uma grande probabilidade que sejam. Em todo caso, a identificação dessas subjetividades é o primeiro passo para quais sentidos estão sendo construídos pelos estudantes acerca de determinados temas. Tomando por base esse “diagnóstico”, penso que tais assuntos devam ser abordados na universidade ancorados junto aos saberes das disciplinas, levando em consideração que enquanto professores, somos munidos de referenciais políticos sociais para a forma como determinados conteúdos serão abordados. Nesse sentido, isso, por outro lado, reflete muito o tipo de professores que somos e formamos.

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e

desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

De forma muito geral, os principais empecilhos acabam sendo a falta de formação ou segurança para abordagem dos temas. Caminho fértil para que se crie uma ideia errônea de que só professores negros/as devam falar sobre racismo, por exemplo, mesma coisa para as disciplinas do eixo das Ciências Humanas. Nesse sentido, o amparo legal também é fundamental e a potencialidade dos temas, para além do que já se convencionou abordar sobre cultura africana e indígena.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Por se tratarem de temas que mexem com a subjetividade das pessoas, assim como as emoções, penso ser importante exercer a empatia. Embora seja desafiador, a abordagem desses temas pode contribuir para uma formação mais complexa do indivíduo, sua pertença a determinado grupo social, e como ele chegou até ali. São temas que, embora muitas vezes registrados no passado, revelam questões vivas da sociedade atual.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na Universidade numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Na Unilab onde trabalho, uma vez que temos um corpo docente em grande maioria oriundo de grupos sociais com histórias sensíveis, a abordagem de tais temas fica na ordem do dia. Nesse sentido, os caminhos já são traçados previamente pelo currículo da instituição. Acredito que a configuração do corpo docente, mesmo não sendo na proporção dos estudantes, do ponto de vista racial, esteja alinhada com tais aspectos da luta antirracista.

6." A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso, como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas?

Tentando entender a natureza das emoções despertadas naquele grupo. O que pode algumas vezes me levar a pensar em uma mudança de abordagem e metodologia.

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravidão africano e genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras? Sim certamente contribui. Uma

das abordagens que acho já mencionei é atrelar essas questões aos conteúdos trabalhados nas aulas ou nas formações de professores.

8. Quais orientações básicas considera serem necessárias na elaboração de um plano de curso que contemple os Estágios Supervisionados e a Residência Pedagógica sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Consciência Negra?

Eu acredito muito no diagnóstico das turmas que receberão esses futuros professores, a percepção dos grupos sociais que compõem a escola e as salas de aula, é um recurso que mobiliza os professores em torno das abordagens que terão nas suas práticas. Quais são os pontos sensíveis nesses temas para elaboração das aulas? Que tipos de sentimentos suscitam? O processo de conhecer e criar vínculos é importante nessa caminhada.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em, voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa. Nome do Participante da Pesquisa: Alan Costa Cerqueira Assinatura do Participante da pesquisa:

Alan Costa Cerqueira

Eu, Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.

Assinatura da Estudante Pesquisadora

Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão

São Francisco do Conde, 20 de junho de 2023

Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Alan Costa Cerqueira

Formação: Graduação em História (UFBA), Mestrado em História (UFBA).

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história? Por favor, elenque alguns.

Os temas considerados “sensíveis” no ensino de História são aqueles que tocam em questões que estão em disputa, que pressupõe direito à cidadania, conflitos sociais, relações de dominação e resistência. Este tipo de temática reivindica uma abordagem o mais plural possível. Entre estes temas solapados é possível destacar a Ditadura Militar, gênero, escravidão e religiões afro-brasileiras.

2. Na sua opinião, como assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na universidade?

Uma vez que o sentido da Universidade é construir conhecimento e promover formação profissional e científica, ela deve incentivar a análise crítica de todos os fenômenos

sociais. Para a ciência não deve existir áreas intocadas, sobretudo quando estes elementos produzem impactos nas sociedades de maneira duradoura e contínua.

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

O fato de grande parte da população brasileira ter o direito de conhecer a própria história através de perspectivas diferentes somente a partir de 2008, por meio de uma lei, ajuda a entender sua relevância. Apesar de tornar o estudo obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, a lei não tornou o ensino da História e Cultura africana, afro-brasileira e indígena nas instituições que formaram estes profissionais. Com isso, foram conservadas as concepções eurocêntrica e os problemas raciais derivados desta concepção. O ambiente escolar ainda é marcado por projetos que não são realizados em grupo.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Estes assuntos podem surgir como tema gerador ou contextualizados em determinado contexto histórico. Isso significa dizer que desde o planejamento, o professor busca contribuir para a formação do indivíduo. A explicação de temas e conceitos sociológicos associados com implicações históricas, ajudam a conectar os assuntos com a realidade do estudante e gerar um ambiente profícuo para o desenvolvimento do pensamento crítico.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na Universidade numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Percebo um esforço, sobretudo nas Universidades Públicas, em realizar projetos como A Residência Pedagógica em História da UNILAB/BA, cuja temática da atual edição se concentra na Lei 11.645/2008. Ensino, pesquisa e extensão estão cada vez mais abertos

a estes temas, uma vez que a Universidade não é alheia ao que ocorre fora de seus muros.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso, como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas?

Entendo que os desgastes para implementar projetos com temáticas “sensíveis”, como a Ditadura Militar, é um sintoma da urgência em se debater estes temas de maneira mais profunda. Alguns estudiosos defendem que a escolha pedagógica é uma escolha política. Do mesmo modo, a tentativa de dissuasão é igualmente política. O diálogo é a principal forma de construir projetos em equipe. Porém, uma vez que a legislação é enfática sobre o ensino dessas temáticas, ela deve ser trazida à mesa.

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravismo africano e genocídio indígena o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo?


Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras?

Estes temas são centrais para entendermos a formação do Brasil, bem como suas principais contradições. As conexões entre o passado e o presente que as duas temáticas permitem discutir, promovem reflexões sobre os problemas centrais deste país. Em primeiro lugar, acredito que o domínio destes conceitos e a forma de operá-los enquanto categorias analíticas seja o ponto de partida. O entendimento do pensamento decolonial desata o falso entendimento de uma única perspectiva de mundo possível. Por exemplo, o contato dos estudantes com a fonte histórica da carta

produzida na revolta escrava no Engenho de Santana, ocorrida em 1789, quando submetida a um planejamento adequado, possibilita uma discussão profunda na perspectiva antirracista e que toca em todos os elementos citados na pergunta

.8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Consciência Negra?

Creio que não seja possível explicar tudo o que envolve a construção de um plano de curso neste espaço. No entanto, é possível trazer alguns pensamentos, como colocar em perspectiva analítica e contextualizar historicamente os dois temas, entender a motivação política por trás dos eventos, bem como o contexto historiográfico em que ambos foram formulados. É possível, também, trazer à tona as trajetórias dos personagens históricos que estiveram ligadas ao 13 de Maio e ao 20 de Novembro.



UNILAB
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS- IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO- APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores/as lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro, especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa:
Marcia Campos dos Santos Carvalho

Assinatura do Participante da pesquisa:
Marcia Campos dos Santos Carvalho

Eu, Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.

Assinatura da Estudante Pesquisadora:

Digitalizado com CamScanner

Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Márcia Campos dos Santos Carvalho

Formação: Professora da Educação Básica anos iniciais em comunidades

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história? Por favor, elenque alguns.

Temas sensíveis e/ou controversos são aqueles que mexem com o íntimo das pessoas. Racismo, sexualidade, drogas ilícitas, religião, holocausto nazista, política e outros mais.

2. Na sua opinião, assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na escola? Se positivo, quais destes geram mais desconforto?

Sim. A sexualidade, dependendo da idade, é um assunto delicado, onde a família, de maneira correta, deveria instruir seus filhos. Mas, percebe-se que muita família por tabu, ou falta de conhecimento, não ensinam ou ensinam de forma incorreta. Por isso, há uma divisão de opiniões sobre quem e onde deveria ser tratado esse assunto. Dessa forma, o professor (a) precisa ter cuidado com as palavras que usará. Deve procurar desenvolver a prática da escuta antes de conduzir esta ou qualquer questão apresentada na sala de aula.

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

Tem muitos desafios, um deles é que nossas formações, embora bem elaboradas, cai no mesmo hábito de serem desenvolvidas na sua maioria, a partir de datas comemorativas; implicando em apenas lembrar dos índios em 19 de abril e os negros nas datas de 13 de maio, em que nesta se traz à tona as 'correntes', 'grilhões', e a 'figura da princesa Isabel como heroína salvadora' e no 20 de novembro, outro período letivo em se dá enfoque à África, não ao continente com seus países, mas apenas à diversidade de animais, a capoeira, ao destaque de intelectuais negros, e pronto: "está estabelecida uma consciência negra", a partir do ponto de vista de alguns.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Sim, com certeza. O professor tem o papel de estimular o aluno a se ver como parte do processo, como ser cultural e pensante, que tem seus valores, crenças, histórias e até mesmo interesse em comum, e esse processo contribuirá para que ele questione e discuta a respeito dessas transformações dos assuntos supracitados.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na Universidade numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Considero que precisa se estreitar mais, pois, em geral aprendemos importantes informações que não se processam no ambiente escolar. O ambiente acadêmico não vivencia a realidade das massas das populações, por exemplo, o autismo, a surdez, discriminação racial... Acho importante que a universidade aproveite especialmente as datas comemorativas ao demonstrar como se faz. Ou talvez até levar para academia, como é que a escola faz.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso, como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas?

Vejo a interdisciplinaridade como forte aliado e imprescindível para o avanço da educação; e como tal me empenho em adaptar minha área de ensino com qualquer outra área ofertada na escola; por exemplo, busco materiais didáticos que me auxiliem no desenvolvimento de planos de ensino. Como fontes que trazem a atenção a cultura (músicas, jogos, etc.), a história da genética, como porta de entrada para discussões sobre racismo, a fauna e flora brasileira, para indicar o caminho para diálogos pautados nos povos das florestas

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravismo africano e genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras? Uma forma interessante em que o professor pode estar discutindo sobre assuntos sensíveis e/ou controversos no ambiente da sala de aula é por propor atividades em grupos, debates e fórum de discussão, nesse sentido o papel do professor é de mediador para que o(s) tema(s) seja discutido e conduzindo de forma que ambos os alunos possam respeitar a opinião uns dos outros, gosto das abordagens: sala invertida, conversa dialógica, entre outras. Penso também que esta forma de ensinar precisa começar cedo, já nas primeiras séries.

8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra?

O planejamento precisa ser pensado a partir da didática; por exemplo, em que tipo de comunidade a escola está inserida, é pesqueira, quilombola; e que dizer dos funcionários, são da comunidade... Basicamente, o professor tem fazer um levantamento de dados com seus

estudantes; ainda que de forma sutil. Com estas informações pode-se trabalhar as vivências dos negros sob o holocausto, a contribuição dos indígenas sobre o uso de plantas na medicina. Não faltam assuntos, falta muitas vezes disposição para pensar, como coordenar, como ensinar...



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), **TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA**. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores/as lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa:

HELIO PEREIRA

Assinatura do Participante da pesquisa:

[Assinatura]

Eu, **Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão**, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.

Assinatura da Estudante Pesquisadora:

Katia C. de J. de O. da Paixão



Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: **TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA** com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Hélio Pereira

Formação: Professor da Educação Básica anos iniciais/finais

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história? Por favor, elenque alguns.

É natural que em algum momento apareçam temáticas com temas sensíveis no ensino de história, levando-se em conta a construção da sociedade brasileira e até mesmo acontecimentos históricos que sucederam à passagem de tempo até o presente. Então, na minha concepção, é inevitável abordar história sem falar de temas sensíveis

2. Na sua opinião, como assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na universidade? Depende; que mexe com a intimidade da pessoa como indivíduo, na minha opinião não deve ser tratado, mas caso seja inevitável deve ser com muito tato, muito cuidado. Agora assunto que mexe com a coletividade pode e deve ser, sim, considerado, principalmente se faz parte do projeto de aula docente.

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

Muitas vezes o que impede a abordagens desse tema sensíveis em sala de aula, são falta de preparo do docente ou até mesmo resistência da gestão.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Com certeza que sim, a palavra-chave aparece na pergunta, empatia e cuidado e para isso se faz necessário que o docente esteja preparado para ministrar estas aulas. Entender de determinados assuntos que estão inseridos na nossa sociedade e que muitas das vezes são velados e de suma importância na vida dos indivíduos.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na Universidade numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Algumas práticas pedagógicas desenvolvidas nos ambientes escolares contribuem significativamente no rompimento de alguns preconceitos que estão inseridos na sociedade e que pode ser desconstruídos em sala de aula, isso pode ser feito através de oficinas de penteados negros para a valorização da estética dos indivíduos, seminários que tratar do continente africano, para os alunos conhecer o quão rica e diversa a África é, trabalhos que

visar a bibliografia de personagem negro, para os alunos identificar e compreender que apesar da luta é possível conquistar o que se almeja.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso, como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas?

Não é de se admirar que isso ainda aconteça, apesar dos avanços que tivemos nessa área ainda é bastante complicado para alguns educadores compreender a importância dessas temáticas estarem inseridas em sala de aula, infelizmente ainda hoje como já comentado alguns docentes sofrem resistência por parte da gestão em tratar desses assuntos com seus alunos.

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravismo africano e genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras? Assim como diz Djamilia Ribeiro em sua obra intitulada Pequeno Manual Antirracistas, é possível realizar abordagens que trate sobre temas sensíveis ou controversos através de referências fora das "histórias dos vencedores", usar bibliografias de autores negros no planejamento de aulas que envolve essa temática traz grandes resultados.

8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra?

O primeiro passo é compreender que discutir sobre a cultura indígena e negra está para além do que reservar pequenas falas em datas específicas, logo deve ser pensado uma estratégia docente dentro do plano de curso para essas temáticas aparecer ao longo do ano letivo. Isso pode ser feito através de diversas metodologias de ensino por meio de música, contação de histórias, seminários que se faça presente essas temáticas, dentre outros.



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO - TCLE

Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. o Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em, voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa:

Jair Cardoso dos Santos

Assinatura do Participante da pesquisa:

Eu, Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão', is positioned below the text.

Assinatura da Estudante Pesquisadora

São Francisco do Conde, 26 de Julho de 2022



Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Jair Cardoso dos Santos

Formação: Professor, historiador, escritor e palestrante. Mestre em Crítica Cultural pela UNEB - Universidade do Estado da Bahia.

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história? Por favor, elenque alguns.

Existem muitos temas sensíveis, acreditamos os que tocam na questão da alma das pessoas que mexem com a psique humana. [...]. Alguns são a escravidão, ancestralidade, holocausto nazista e racismo, entre outros.

2. Na sua opinião, assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade devem ser tratados na escola? Se positivo, quais destes geram mais desconforto?

Todos os temas e todas as temáticas devem ser tratadas em sala de aula, absolutamente todas. Porque nada deve escapar ao processo educacional, análise e reflexão crítica, como dizia Paulo Freire. É a partir dessas reflexões que nós crescemos e evoluímos como pessoa humana. A escola tem que cumprir seu papel; pois muitas vezes a família não cumpre e a sociedade [também não], mas a instituição escola, precisa fazer todas as funções. Porque esse é o papel: educar o ser humano cidadão para vida, [para] respeito ao outro, respeito a si mesmo, para construção de um mundo melhor. Considero que a questão da sexualidade gera mais desconforto[...].

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

As leis 10639/2003 e 11645/2008 foram editadas já há mais de uma década, uma delas a primeira caminhando para segunda década de 19 anos, ao longo desse período muitas pesquisas foram realizadas, pesquisas que são apropriadas para professores em sala de aula; já tem material didático de alguma forma produzido em larga escala nas Universidades vem cumprindo seu papel, infelizmente ainda há resistência dentro de algumas instituições de ensino, de alguns professores em particular ou de alguns gestores escolares que não implementam de forma correta essas leis nas escolas. Eu acho que falta vontade política! O governo em geral, não tem interesse muito nessa questão e também nós estamos, particularmente alguns profissionais que tem algumas resistências, mas é incrível que um país como o nosso, de maioria negra, tenhamos que ter leis para que alunos negros aprendam sobre sua historicidade.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Sim; Porque a prática de ensino aprendizagem pautada na empatia, desverticaliza a condução tradicional de uma aula com temas densos/sensíveis, permitindo que tanto o/a professor/a/mediador/a, como especialmente os/as estudantes, desenvolvam habilidades socioemocionais necessárias ao bom êxito de sua formação como sujeito comprometido consigo e com os a sua volta.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na Universidade numa perspectiva inclusiva e antirracista.

A universidade material desenvolvido em larga escala e continua cumprindo seu papel, porém ainda há resistências em algumas instituições.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso, como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas?

As divergências de opiniões sempre existiram, mas infelizmente estamos vivendo dias sombrios no Brasil de avanço do fascismo de um presidente fascista, de lideranças fascistas e pessoas outras espalhadas em todos os campos. Inclusive no campo da educação com perfis fascistas e ligados inclusive a algumas religiões evangélicas e também tem setor do catolicismo que querem ação revisionista da história e é incrível como eles então se chocam com a própria história deles com a própria veracidade dos documentos que as pesquisas históricas nos revelam; cabe a nós resistirmos, todos nós precisamos resistir a essas ciladas e ir em busca da ciência, ela é a resposta para tudo. As pesquisas [...]

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravidão africano e genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras?

Sim. Uma das abordagens que utilizo é a desconstrução. O desconstrucionismo de Jacques Derrida; porque tudo é historicamente construído; as ideologias, os preconceitos, as

hierarquias, as ideias de subordinação são ideias construídas e precisam trabalhar sempre a desconstrução em sala de aula quando dizem, por exemplo, que o negro é inferior, que a mulher não tem mesmo a capacidade que o homem quando traz uma série de abordagens que são, na verdade, construída historicamente, precisamos desconstruir. E ter a sutileza de sempre trabalhar o princípio da alteridade, de mostrar à pessoa, ao aluno que está sendo educado, que eles precisam respeitar para serem respeitados. Então quando você trabalha essas questões da alteridade ele se percebe dentro do contexto em que ele precisa respeitar para ser respeitado. Tem muitas formas que se trabalha temas que se podem conduzir a esse sujeito sem sujeito crítico responsável, esse sujeito que precisa construir de fato o mundo não só para si, mas para o outro, a própria história revela, por exemplo, nazismo, fascismo, ideologia totalitária. Quando surgem querem aniquilar o outro; não dá para aniquilar o 'outro'. É viver, porque o mundo é plural. Então acredito que essas abordagens vão contribuir e no dia a dia para que se desconstrua essas proposições e comece a construir um mundo melhor a partir do construto da alteridade [...]

8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Dia da Consciência Negra?

Têm muitas temáticas africanas, afro-brasileiras, indígenas, por exemplo, a questão da própria cultura indígena aqui no Brasil, das culturas indígenas no Brasil, o que elas trazem para gente de importante para civilização brasileira de contribuições as resistências fundamental, como é que essas populações tradicionais conseguiram resistir ao longo dos anos, as rebeliões do povo negro, por exemplo, do povo indígena. Como foi que essas sociedades conseguiram resistir à escravidão e como elas chegaram até aqui? Esses são elementos importantes para mostrar aos seus descendentes que eles podem muito mais; que a luta continua. [Isso] é o estímulo para que eles percebam que sua ancestralidade começou [tempos] atrás; e a construção de um país melhor permanece com eles e com todos nós que estamos aqui. A desconstrução do racismo é fundamental fazer. Não é só quebrar as hierarquias, essas formas colonialistas, essas estruturas racializadas da sociedade, a gente precisa ativamente quebrar também as formas colonialistas na forma de pensar. Enfim, tem muitas temáticas aí que precisam ser trabalhadas fora dessa questão, não apenas de racismo, nem de escravidão e trabalho ou as Leis abolicionistas; tem as questões voltadas pra civilizações antigas da África, por exemplo, o Egito e as grandes contribuições para as ciências, cultura [...] a África não é apenas Safari, é muito mais do que isso. Então tem várias construções que a gente pode trabalhar para elevar a autoestima, inclusive do aluno negro. Por exemplo, ele precisa ver de fato que a sua ancestralidade é rica em conhecimento, saberes e fazeres e contribuições para a humanidade.

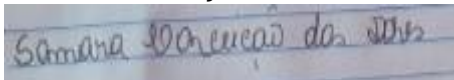


Convidamos você a participar voluntariamente da presente pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA. A pesquisa está sendo desenvolvida pela graduanda Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, sob a orientação do Prof. Dr. Igor Oliveira- Curso de Licenciatura Plena em História da UNILAB / Malês- BA. O estudo tem como objetivos principais entender como os professores lidam com questões sensíveis e/ou controversas no âmbito da sala de aula e conhecer as abordagens teórico/metodológicas que utilizam. Sua contribuição consistirá em, voluntariamente, participar do processo de coleta de dados, através de uma entrevista que será realizada via redes sociais, plataformas de ensino ou por e-mail. Que toma como base seus saberes e fazeres frente a uma educação pautada em abordagens metodológicas que tornem as discussões de temas sensíveis e controversos o mais leve possível para que se possa conduzir os educandos a conseguir perceber a dor do outro; especialmente na condução de temas sobre gênero e raça e tantas outras que possam estar encravadas na memória de alguns. As informações obtidas serão confidenciais e asseguramos o total sigilo sobre sua participação. As informações coletadas serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos / científicos.

Declaro estar ciente do exposto e desejo participar da pesquisa.

Nome do Participante da Pesquisa:

Samara Conceição dos Santos



Assinatura do Participante da pesquisa:

Eu, Katia Cilene de Jesus de Oliveira da Paixão, declaro que forneci todas as informações da pesquisa ao participante.



Assinatura da Estudante Pesquisadora

São Francisco do Conde, 14 de junho de 2023

Este roteiro destina-se a uma pesquisa em História pela UNILAB, sob a temática: TEMAS SENSÍVEIS E/OU CONTROVERSOS-IMPLICAÇÕES PARA UMA EDUCAÇÃO HISTÓRICA NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA com a finalidade de coletar informações para composição do Trabalho de Conclusão de Curso TCC.

Nome: Samara Conceição dos Santos

Formação: Professora de história da educação básica

Exerceu a função como estagiária no Colégio Cidade de Candeias

1. Qual a sua concepção sobre os temas considerados sensíveis e/ou controversos no ensino/aprendizagem de história? Por favor, elenque alguns.

É natural que em algum momento apareçam temáticas com temas sensíveis no ensino de história, levando-se em conta a construção da sociedade brasileira e até mesmo acontecimentos históricos que sucederam à passagem de tempo até o presente. Então na minha concepção, é inevitável abordar a história sem falar de temas sensíveis.

2. Na sua opinião, como assuntos que mexem com a intimidade das pessoas, tais como racismo, religião, família, xenofobia e sexualidade, devem ser tratados na escola?

Depende, que mexe com a intimidade da pessoa como indivíduo, na minha opinião não deve ser tratado, mas caso seja inevitável deve ser com muito tato, muito cuidado. Agora assunto que mexe com a coletividade pode e deve ser, sim, considerado, principalmente se faz parte do projeto de aula docente.

3. A Lei 11645/2008 estabelece as Diretrizes e Bases da Educação para o Ensino da História e Cultura Africana, Afro-Brasileira e Indígena. Neste contexto, quais implicações e desafios destacam-se como suposto impedimento para a aplicação desta temática ao longo do ano letivo?

Muitas vezes o que impede a abordagens desse tema sensíveis em sala de aula, são falta de preparo do docente ou até mesmo resistência da gestão.

4. Ao trabalhar com boa dose de empatia, assuntos considerados sensíveis e/ou controversos, como gênero, escravidão, genocídio indígena, holocausto, família e religião, entre outros; os/as professores/as contribuem para a formação de um indivíduo crítico e reflexivo? Comente.

Com certeza que sim, a palavra-chave aparece na pergunta, empatia e cuidado e para isso se faz necessário que o docente esteja preparado para ministrar estas aulas. Entender de determinados assuntos que estão inseridos na nossa sociedade e que muitas das vezes são velados e de suma importância na vida dos indivíduos.

5. Comente sobre a prática pedagógica desenvolvida na Universidade numa perspectiva inclusiva e antirracista.

Algumas práticas pedagógicas desenvolvidas nos ambientes escolares contribuem significativamente no rompimento de alguns preconceitos que estão inseridos na sociedade e que pode ser desconstruídos em sala de aula, isso pode ser feito através de oficinas de penteados negros para a valorização da estética dos indivíduos, seminários que tratar do continente africano, para os alunos conhecer o quão rica e diversas a África é, trabalhos que vise a bibliografia de personagem negro, para os alunos identificar e compreender que apesar da luta é possível conquistar o que se almeja.

6. A prof.^a e pesquisadora Alberti (2014), ao encabeçar um projeto interdisciplinar sob a temática da Ditadura Militar, embora todos os envolvidos: gestão, coordenação pedagógica e colegas de profissão estivessem em comum acordo, foi obrigada a reavaliar todo projeto devido às discordâncias ao longo do percurso." Este ocorrido, indica que podem surgir desafios no trabalho em grupo; por isso, como você supera os desafios pertinentes ao desenvolvimento de projetos envolvendo questões sensíveis e/ou controversas no ensino aprendizagem de história relacionada com a lei 10.639/2003 e 11645/2008 que trata das temáticas história e cultura afro brasileira e dos povos indígenas?

Não é de se admirar que isso ainda aconteçam, apesar dos avanços que tivemos nessa área ainda é bastante complicado para alguns educadores compreender a importância dessas temáticas estarem inseridas em sala de aula, infelizmente ainda hoje como já comentado por algumas docentes sofrem resistência por parte da gestão em tratar desses assuntos com seus alunos

7. Você acredita que ao tratar assuntos considerados sensíveis e/ou controversos sob o contexto escravismo africano e genocídio indígena, o professor contribui para a formação de um estudante/sujeito crítico e reflexivo? Neste contexto, quais abordagens teórico/metodológicas considera eficazes para formação de um pensamento que quebra um legado de racismo tão bem estruturado que agrega à sua prática questões de gênero, religião e classe social; todos estes creditados às pessoas negras?

Assim como diz Djamilia Ribeiro em sua obra intitulada Pequeno Manual Antirracista, é possível realizar abordagens que trate sobre temas sensíveis ou controversos através de

referências fora das “histórias dos vencedores”, usar bibliografias de autores negros no planejamento de aulas que envolve essa temática traz grandes resultados.

8. Como desenvolver um plano de curso, que contemple no ensino/aprendizagem as orientações sob a Lei 10639/2003 em datas distintas da 13 de Maio, data da Abolição e 20 de Novembro, Consciência Negra?

O primeiro passo é compreender que discutir sobre a cultura indígena e negra está para além do que reservar pequenas falas em datas específicas, logo deve ser pensado uma estratégia docente dentro do plano de curso para essas temáticas aparecer ao longo do ano letivo. Isso pode ser feito através de diversas metodologias de ensino por meio de música, contação de histórias, seminários que se faça presente essas temáticas, dentre outros.

ANEXOS

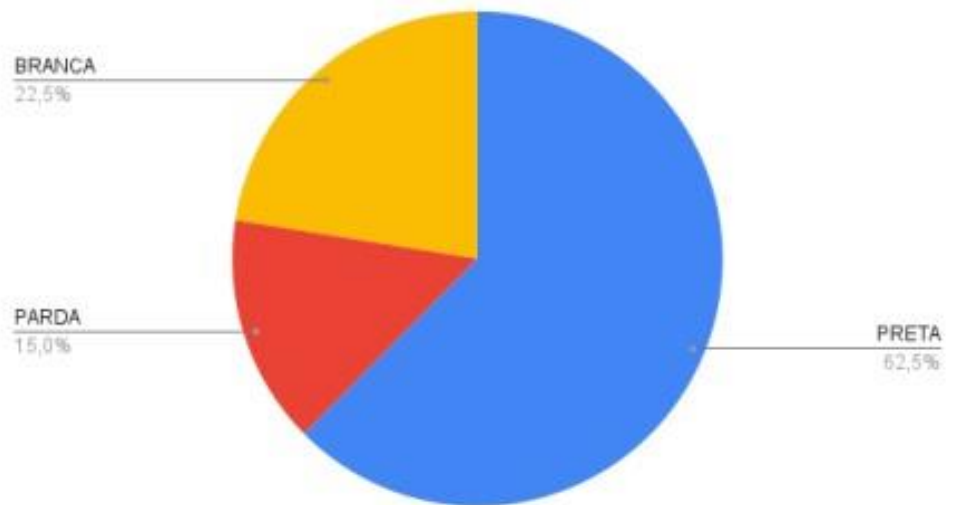
ANEXO A- GRÁFICO (IES/PIBIC 2021/2022)



ANEXO-B

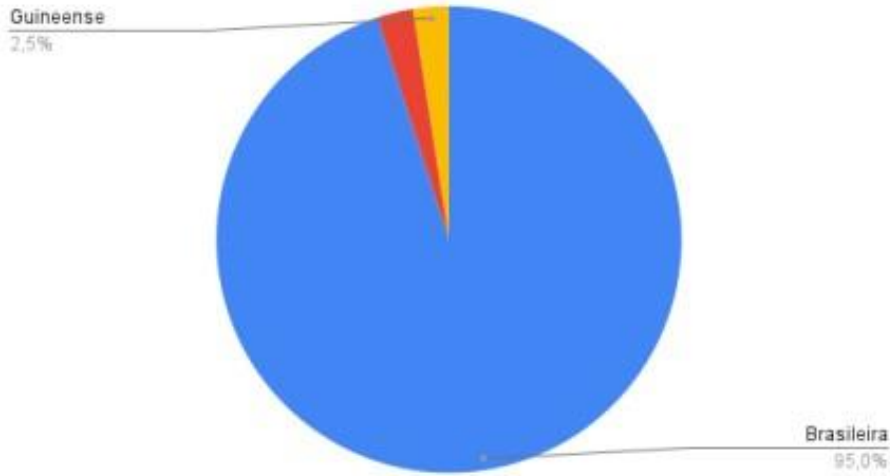
GRÁFICO COR/ETNIA- PIBIC 2021/2022

Contagem de COR/ETNIA:



ANEXO-C
GRÁFICO (NACIONALIDADE PIBIC 2021/2022)

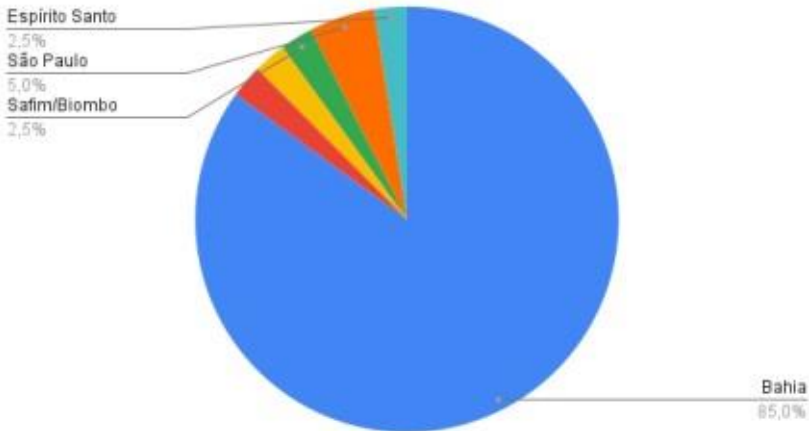
Contagem de NACIONALIDADE



ANEXO D-

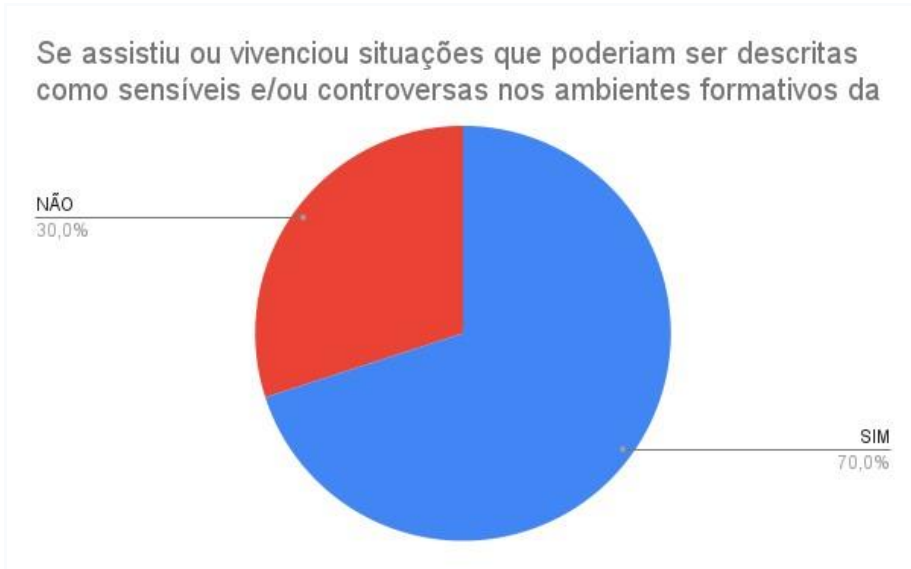
GRÁFICO (NACIONALIDADE PIBIC 2021/2022)

Contagem de NATURALIDADE (estado/provincia/região)



ANEXO- E

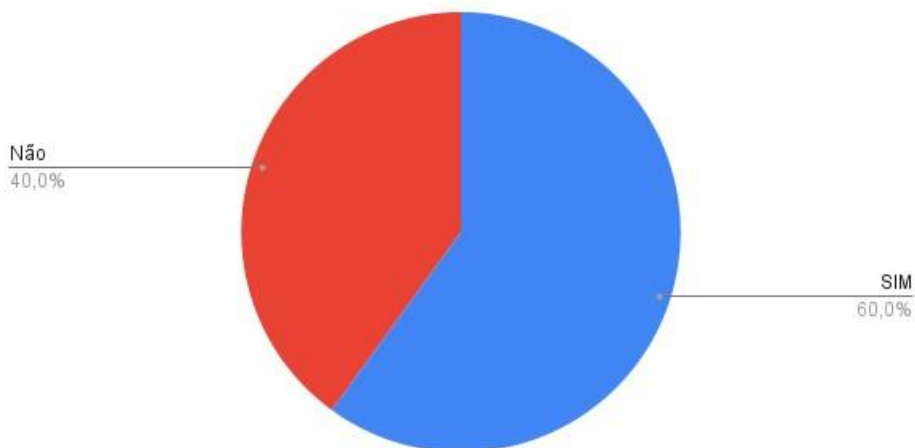
GRÁFICO EXPERIÊNCIA VIVENCIADAS NOS AMBIENTES FORMATIVOS DAS IES/PIBIC)



ANEXO- D

GRÁFICO EXPERIÊNCIAS SENSÍVEIS DURANTE O ESTÁGIO

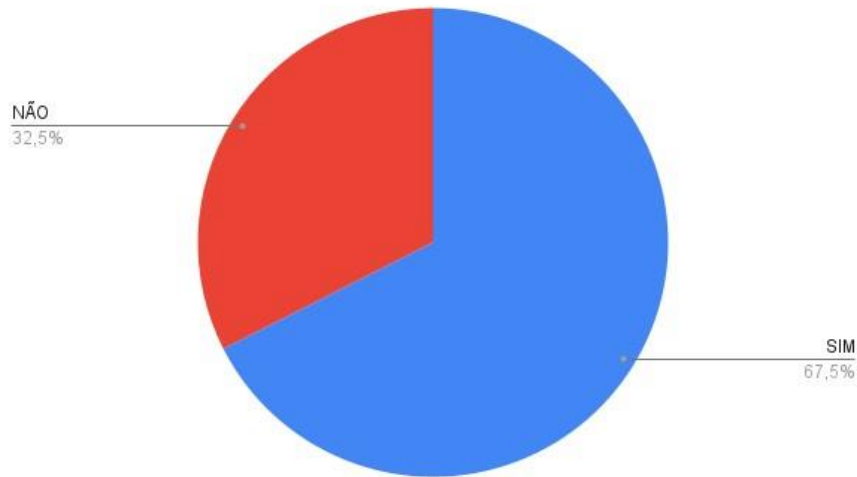
Presenciou situação SENSÍVEL/EMOTIVA E/OU CONTROVERSA durante o seu ESTÁGIO?



ANEXO-F

GRÁFICO FORMAÇÃO PARA MOBILIZAR HISTÓRIAS NAS AULAS

Nessa fase da sua formação, você se sente preparado/a para abordar temas que suscitam disputas, que são motivos de certo revisionismo ou que mobilizam histórias traumáticas em sala de aula?



ANEXO-G

GRÁFICO FORMAÇÃO PIBIC 2021/2022

Durante a formação ocorreram atividades com a finalidade de potencializar o trabalho com temas sensíveis, emotivos e/ou

